

RELATÓRIO SEMESTRAL DE PROGRESSO DO PROGRAMA E SUAS AÇÕES

PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL



Setembro, 2023

João Pessoa – PB

ORGANISMO FINANCIADOR	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
MUTUÁRIO	Prefeitura Municipal de João Pessoa Cícero Lucena Prefeito
ORGANISMO EXECUTOR	Prefeitura Municipal de João Pessoa
UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA – UEP	Antônio Elizeu de Medeiros Coordenador Geral do Programa Dorgival Vilar Coordenador Executivo do Programa Eduardo Silveira Frade Assessor jurídico Mayara Santos Assessor jurídico Rejane Negreiros Assessora de Comunicação Mariana Moura Fontenelete de Brito Assessora Técnica - Coordenação Geral Guilherme Monteiro dos Guimarães Assessor Técnico – Coordenação Geral Joseuma de Souza Barbosa Coordenador de Fortalecimento da Gestão Pública Bruno Reis Crispim Coordenador de Tecnologia da Informação Juliane Sousa de Ataíde Coordenação de Aspectos Ambientais Joelma Medeiros Coordenação de Aspectos Sociais Caio Mario Silva e Silva Coordenação de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade Andrea Teixeira Coordenação do Centro de Cooperação da Cidade

Ana Cristina Silva Gomes

Assessora Técnica – Centro de Cooperação da Cidade

Juliana de Oliveira Medeiros

Coordenadora Administrativa e Financeira

Vinicius Eduardo Mendes de Menezes

Assessor Técnico - Administrativo e Financeiro

Vandeivi Amâncio

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Ana Cristina Muniz de Menezes

Assessora Técnica – Comissão Especial de Licitação

Ana Cláudia Martins

Assessora Técnica – Comissão Especial de Licitação

Lista de Figuras

Figura 1 - Localização Geográfica João Pessoa	15
Figura 2 - Regiões de Atuação do Programa	16
Figura 3 - Complexo Beira Rio	17
Figura 4 - Marcos do Programa.....	18
Figura 5 - EAP - Estrutura Analítica do Programa.....	19
Figura 6 - EAP Componente I.1.....	20
Figura 7 - EAP Componente I.2.....	21
Figura 8 – Organograma	23
Figura 9 – Quadro de Custos do Programa, em milhares de dólares (US\$).....	25
Figura 10 - Fluxo de Caixa até 30/06/2023	30
Figura 11 - Região de Implantação do Residencial Colinas de Gramame	41
Figura 12 - Residencial Colinas de Gramame	42
Figura 13 - Região de Implantação do Residencial Saturnino de Brito	45
Figura 14 - Residencial Saturnino de Brito	45
Figura 15 - Região de Implantação do Residencial Novo São José	47
Figura 16 - Residencial Novo São José	47
Figura 17 - Região de Implantação do Residencial Vista Alegre.....	50
Figura 18 - Residencial Vista Alegre.....	51
Figura 19 - Painel de Indicadores Sociais do CBR.....	60

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Desembolso (1º semestre 2023)	26
Gráfico 2 - Desembolso Acumulado	26
Gráfico 3 - Execução Financeira (1º semestre 2023)	27
Gráfico 4 - Execução Financeira (1º semestre 2023) – Componente I.1	27
Gráfico 5 - Execução Financeira (1º semestre 2023) – Componente I.2	28
Gráfico 6 - Execução Financeira (1º semestre 2023) – Componente II	28
Gráfico 7 - Execução Financeira Acumulada (BID)	29
Gráfico 8 - Execução Financeira Acumulada (PMJP)	29

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Plano Diretor Municipal atualizado	31
Tabela 2 - Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal	33
Tabela 3 - Plano de economia de Baixo Carbono elaborado	33
Tabela 4 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática	34
Tabela 5 - Plano Municipal de redução de riscos	34
Tabela 6 - Serviço de elaboração do Plano de Risco e Desastre	35
Tabela 7 - Consultor Individual de apoio à Defesa Civil	35
Tabela 8 - Centro de Cooperação da Cidade – CCC	36
Tabela 9 - Construção da Edificação.	38
Tabela 10 - CCC Consolidado	39
Tabela 11 – Fibra e Rede Lógica	39
Tabela 12 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	40
Tabela 13 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	41
Tabela 14 - Saturnino de Brito	42
Tabela 15 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)	44
Tabela 16 - Conjunto Habitacional São José com Infraestrutura	46
Tabela 17 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura	46
Tabela 18 - Implantação do Residencial Vista Alegre	48
Tabela 19 - Implantação do Residencial Vista Alegre	50
Tabela 20 - Urbanização integrada de áreas subnormais do Complexo Beira Rio	52
Tabela 21 - Consultoria para elaboração do Projeto de Habitação Sustentável	55
Tabela 22 - Obras de construção das 565 Unidades habitacionais	56
Tabela 23 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio	56
Tabela 24 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR.	57
Tabela 25 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR	57
Tabela 26 - Obras de construção das 110 Unidades habitacionais pelo Reassentamento Rotativo	58
Tabela 27 - Reassentamento e atividades sociais	58
Tabela 28 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do PDC no CBR	64
Tabela 29 - Recuperação do Antigo Lixão do Roger	65

Tabela 30 - Desapropriação/Indenização da área do antigo Lixão do Roger	67
Tabela 31 - Consultoria para elaboração dos projetos para o Antigo Lixão do Roger	67
Tabela 32 - Planta PGV atualizada	68
Tabela 33 - Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV	68
Tabela 34 - Novo sistema de administração tributária	69
Tabela 35 - Solução Integrada de Gestão Tributária	69
Tabela 36 - Data Center	70
Tabela 37 - Aquisição de Infraestrutura Data Center	70
Tabela 38 - Serviços de adequação da rede elétrica, lógica e civis da infraestrutura física, instalação de software, suporte técnico e treinamento para o Data Center.	71
Tabela 39 - Secretarias com plano de reestruturação	72
Tabela 40 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA)	72
Tabela 41 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Gestão Governamental	73
Tabela 42 - Aquisição de equipamento para o setor de veterinária do Zoológico	73
Tabela 43 - Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita	74
Tabela 44 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zoológico	74
Tabela 45 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zoológico	75
Tabela 46 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zoológico	75
Tabela 47 - Escola de Governo EAD	76
Tabela 48 - Consultoria para Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município	76
Tabela 49 - Modelo de Gestão de Compras Municipais	77
Tabela 50 - Sistema de Gestão financeira e contábil	77
Tabela 51 - Contratação para desenvolvimento do Sistema financeiro e contábil	78
Tabela 52 - Sistema de atuação da Defesa Civil	78
Tabela 53 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil	79
Tabela 54 - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada	79
Tabela 55 - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP	80
Tabela 56 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática	80
Tabela 57 - Apoio ao Gerenciamento PJ	81
Tabela 58 - Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA)	81
Tabela 59 - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro	82

Tabela 60 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)	82
Tabela 61 - Consultores individuais	83
Tabela 62 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de implantação do CCC	83
Tabela 63 - Equipe local	84
Tabela 64 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa	84
Tabela 65 – Supervisão de Obras	85
Tabela 66 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia	85
Tabela 67 - Monitoramento e Avaliação - Componente I e Componente II	86
Tabela 68 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa	86
Tabela 69 - Programas 4,5,14 e 15 do MGAS	87
Tabela 70 - Contratação de Empresa Especializada para Trabalho Social	87
Tabela 71 - Programa de Mitigação de Acúmulo de Lixo e Sedimentos no Rio Jaguaribe	88
Tabela 72 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe - Programa 8 do MGAS	89
Tabela 73 - Consultoria para elaboração do projeto de desassoreamento do Rio Jaguaribe	89
Tabela 74 - Programa de Controle de vetores de doenças	90
Tabela 75 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças	90

Lista de Abreviaturas

APP	Áreas de Preservação Permanente
AAS/PGAS	Avaliação Ambiental e Social / Plano de Gestão Ambiental e Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAU-PB	Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba
CB	Corpo de Bombeiros
CBR	Complexo Beira Rio
CCC	Centro de Cooperação da Cidade
CEL	Comissão Especial de Licitação
CGM	Controladoria Geral do Município
CGP	Comitê de Gestão do Programa
CH	Conjunto Habitacional
COPAD	Comissão Permanente de Avaliação e Desapropriação
COVID-19	Novo Coronavírus
CREA-PB	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba
EAD	Ensino à Distância
ELO'S	Escritórios Locais de Gestão
ETP	Estudo Técnico Preliminar
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LPI	Licitação Pública Internacional
LPN	Licitação Pública Nacional
MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social
PDT	Plano de Desenvolvimento do Território

PERR	Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização
PGM	Procuradoria Geral do Município
PGV	Planta Genérica de Valores
PM	Polícia Militar
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PPA	Planos Plurianuais
PRAD	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
PRF	Polícia Rodoviária Federal
SBQC	Seleção Baseada na Qualidade e Custo
SDP	Solicitação de Propostas
SEAD	Secretaria de Administração
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDURB	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEFIN	Secretaria de Finanças
SEMAM	Secretaria de Meio Ambiente
SEM HAB	Secretaria Municipal de Habitação Social
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SIGEF	Sistema de Gestão Financeira
TdR	Termo de Referência
TI	Tecnologia da Informação
UEP	Unidade Executora do Programa
ZEP2	Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA	18
2.1. OBJETIVO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL.....	19
2.2. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES DE INVESTIMENTO	19
2.2.1. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE.....	20
2.2.2. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	21
2.3. ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA	22
3. ASPECTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA	25
3.1. DO DESEMBOLSO	25
3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA	26
3.3. SALDO EM CAIXA	30
4. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE.....	31

4.1. SUBCOMPONENTE I.1.1 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO URBANA	31
4.1.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	31
4.1.2. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA.....	33
4.1.3. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS.....	34
4.1.4. CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE	36
4.2. SUBCOMPONENTE I.1.2 – FINANCIAMENTO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS INTEGRAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS	40
4.2.1. CONJUNTO HABITACIONAL COLINAS DE GRAMAME.....	40
4.2.2. CONJUNTO HABITACIONAL SATURNINO DE BRITO	42
4.2.3. CONJUNTO HABITACIONAL SÃO JOSÉ E INFRAESTRUTURA	46
4.2.4. IMPLANTAÇÃO DO RESIDENCIAL VISTA ALEGRE.....	48
4.3. SUBCOMPONENTE I.1.3 – MELHORAMENTO DO HABITAT EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES VULNERÁVEIS.....	52
4.3.1. URBANIZAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS NO COMPLEXO BEIRA RIO	52
4.3.2. REASSENTAMENTO E ATIVIDADES SOCIAIS	58
4.3.3. RECUPERAÇÃO DO ANTIGO LIXÃO DO ROGER.....	65
5. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	68

5.1. SUBCOMPONENTE I.2.1 – MELHORAMENTO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA.....	68
5.1.1. PLANTA GENÉRICA DE VALORES	68
5.1.2. NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	69
5.1.3. DATA CENTER.....	70
5.2. SUBCOMPONENTE I.2.2 – MELHORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA..	71
5.2.1. SECRETARIAS COM PLANO DE REESTRUTURAÇÃO.....	72
5.2.2. ESCOLA DE GOVERNO EAD (ENSINO À DISTÂNCIA)	76
5.2.3. MODELO DE GESTÃO DE COMPRAS MUNICIPAIS	77
5.2.4. SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL.....	77
5.2.5. SISTEMA DE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL.....	78
5.2.6. INFRAESTRUTURA FÍSICA DE TI APERFEIÇOADA.....	79
5.2.7. SISTEMA DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA IMPLANTAÇÃO DE FIREWALL NA PMJP	80
6. COMPONENTE II – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	81

6.1. SUBCOMPONENTE II.1 – UEP E AUDITORIA	81
6.1.1. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ	81
6.1.2. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ FINANCEIRO	82
6.1.3. CONSULTORES INDIVIDUAIS	83
6.1.4. EQUIPE LOCAL	84
6.1.5. SUPERVISÃO DE OBRAS	85
6.2. SUBCOMPONENTE II.2 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	86
6.2.1. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	86
6.3. SUBCOMPONENTE II.3 – PROGRAMA DO MGAS	87
6.3.1. TRABALHO SOCIAL	87
6.3.2. INTERVENÇÕES NO RIO JAGUARIBE	88
6.3.3. PROGRAMA DE CONTROLE DE VETORES DE DOENÇAS	90
7. COMUNICAÇÃO	91
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO PROGRAMA	93
9. ANEXO I	95

1. INTRODUÇÃO

O município de João Pessoa é uma cidade de médio porte, capital do Estado da Paraíba, localizada na Região Nordeste do Brasil. João Pessoa trata-se do principal centro econômico, financeiro e cultural do Estado da Paraíba. Entre 2000 e 2010, o município apresentou um crescimento populacional expressivo, com um crescimento de 21% na década de 2000. Seus dados de espaço geográfico e populacional são representados pelas seguintes características, especificações e a Figura 1:

-  No litoral paraibano, ou seja, região leste do Estado;
-  Ocupa uma extensão territorial de 210.044Km² (estimativa IBGE, 2019);
-  825.796 habitantes no Município de João Pessoa (estimativa IBGE, 2021);
-  Possui densidade demográfica de 3.421,28 habitantes/Km² (estimativa IBGE, 2010);
-  1.099.360 habitantes na Região Metropolitana (estimativa IBGE, 2018);
-  IDH Município de João Pessoa = 0,763 – Superior ao IDH Paraíba = 0,658 (PNUD,2005).

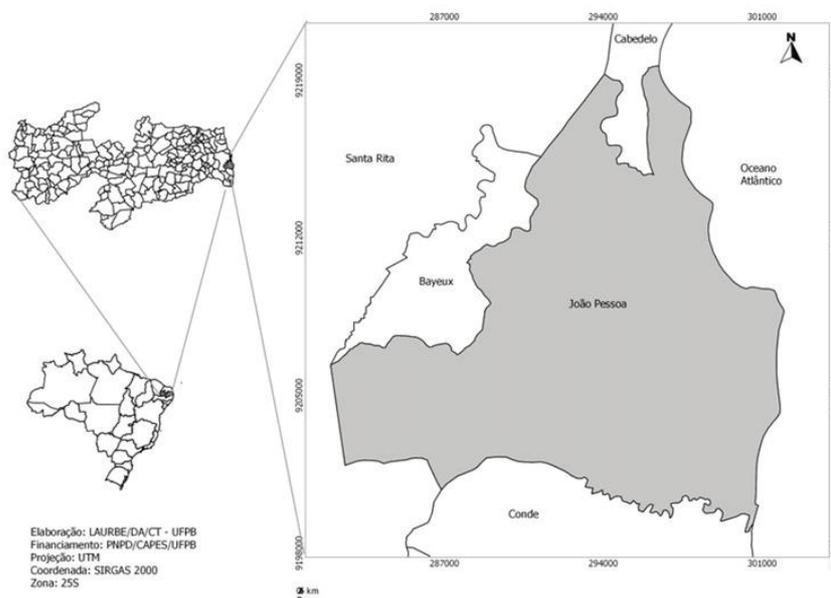


Figura 1 - Localização Geográfica João Pessoa

Fonte: Batista (2019).

O BID, através do Programa “Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis” (ICES), contemplou a cidade de João Pessoa por meio do Plano de Ação João Pessoa Sustentável, realizado com a colaboração da CAIXA, Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento

Educacional (FADUROE), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), em um processo participativo desenvolvido entre junho de 2013 e junho de 2014.

A ICES visou integrar a sustentabilidade ambiental e fiscal, o desenvolvimento urbano e a governança; além de promover o apoio a ações que proporcionem serviços básicos e garantam a proteção ao meio ambiente, bem como níveis adequados de qualidade de vida e emprego. Como resultado da aplicação da ICES em João Pessoa, uma das prioridades do município identificadas foi desenvolver mecanismos para diminuir a desigualdade urbana observada na cidade e desempenhar um papel mais relevante no ordenamento do território.

O Programa possui o objetivo geral de promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa, por meio da melhoria urbana, econômica e da gestão municipal. A Figura 2 apresenta regiões na cidade de João Pessoa onde o Programa atua para levar o Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável. Como também, pode ser observado na Figura 3 a região do Complexo Beira Rio, onde comunidades serão contempladas pelas ações de desenvolvimento do programa.

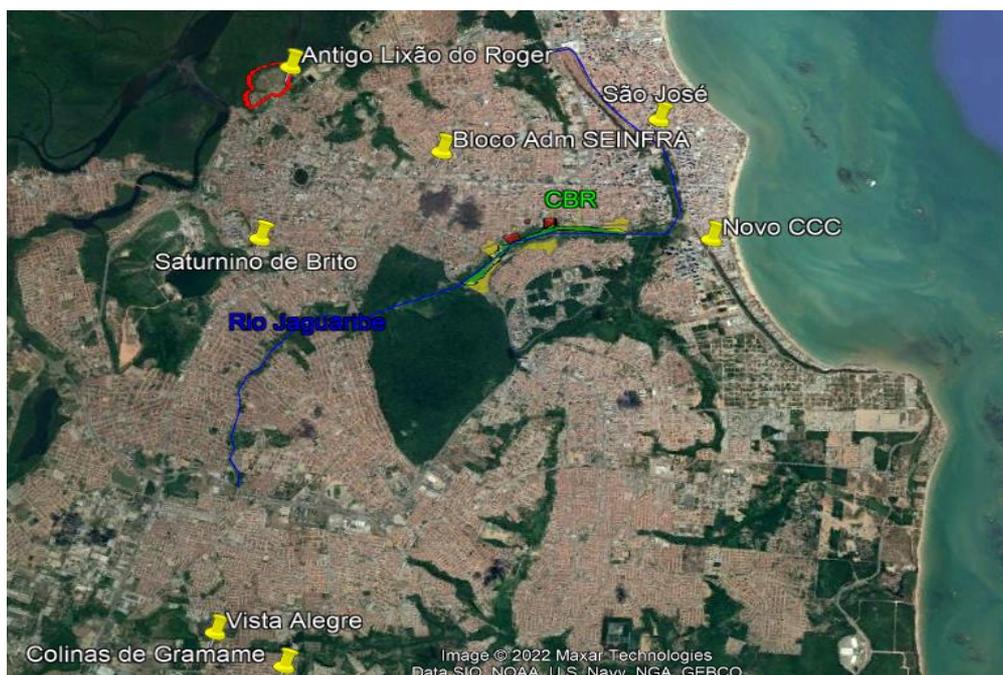


Figura 2 - Regiões de Atuação do Programa

Fonte: Google Earth (2022).



Figura 3 - Complexo Beira Rio

Fonte: Consorcio Engeconsult/Tecgeo (2022)

2. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA

A Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID assinaram contrato de empréstimo nº 4444/OC-BR. BRL 1421 – João Pessoa em 20/12/2018 referente ao Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa.

O contrato assinado é uma operação de crédito externo que foi autorizado pelo Senado Federal, através da Resolução nº 29/2018.

- Data de aprovação pela diretoria do Banco: 13/12/2017
- Data de assinatura do contrato: 20/12/2018
- Data de elegibilidade para o 1º desembolso: 19/12/2019
- Data do primeiro desembolso: 15/01/2020
- Fim do prazo de execução do contrato: 20/06/2024
- Fim do prazo de execução do contrato com 1º Aditivo: 20/06/2026
- Prazo de execução (com aditivo): 90 meses**



Figura 4 - Marcos do Programa

Fonte: Instituto Aquila (2023)

2.1. OBJETIVO DO PROGRAMA JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL

Os objetivos do programa João Pessoa Sustentável são:

Objetivo Geral:	Promover a sustentabilidade urbana de João Pessoa por meio da melhoria urbana, econômica e de gestão municipal
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a desigualdade urbana, modernizar os instrumentos de planejamento urbano e a prestação de serviços; • Modernizar a administração pública e fiscal com modelo de gestão por resultados e reestruturação da área de receita.

2.2. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES DE INVESTIMENTO

O Programa João Pessoa sustentável está dividido em dois componentes, conforme apresentado na Figura 5:

- Componente de Investimento;
- Componente de Gestão e Administração do Programa, com atividades ligadas à administração, monitoramento, auditoria e avaliação do programa.

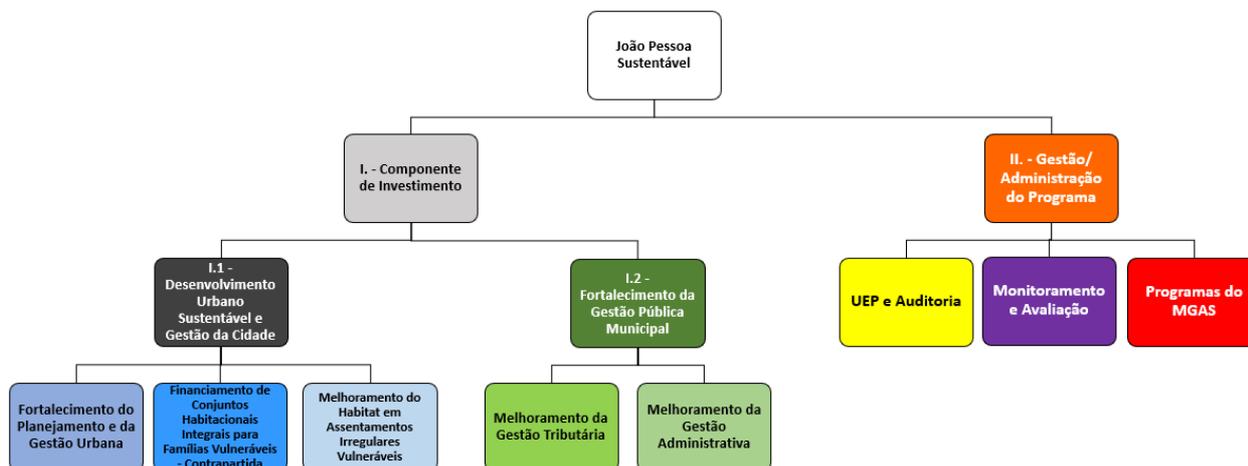


Figura 5 - EAP - Estrutura Analítica do Programa

Fonte: Instituto Aquila (2021)

Para atingir os objetivos do Programa, o componente de Investimento está dividido nos componentes:

- I.1 Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade e
- I.2 Fortalecimento da Gestão Pública Municipal, a seguir identificados e descritos.

2.2.1. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE

O Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade, apresentado na Figura 6, apoia a diminuição das desigualdades urbanas e o planejamento para a modernização da gestão urbana. Financia:

-  (i) Elaboração dos projetos básicos e executivos de urbanização integrada de áreas subnormais nos Complexos Beira Rio - CBR;
-  (ii) Infraestrutura urbana como redes de esgoto, de drenagem, pavimentação de vias e construção de equipamentos públicos e de lazer no Complexo Beira Rio - CBR;
-  (iv) Atividades e obras visando a recuperação do antigo lixão do Roger;
-  (iv) Construção de aproximadamente 2.949 unidades habitacionais para população de baixa renda;
-  (v) Reassentamento de cerca de 840 famílias do Complexo Beira Rio - CBR com a devida regulamentação fundiária;
-  (vi) Melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano e ambiental;
-  (vii) Elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos a Desastres Naturais;
-  (viii) Plano Municipal de Descarbonização e Adaptação Climática;
-  (ix) Plano de Ação para Desenvolvimento Econômico das comunidades da Região do Complexo Beira Rio - CBR, e
-  (x) Implantação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC), contemplando o atendimento integrado a emergências, situações de risco, segurança pública e mobilidade.

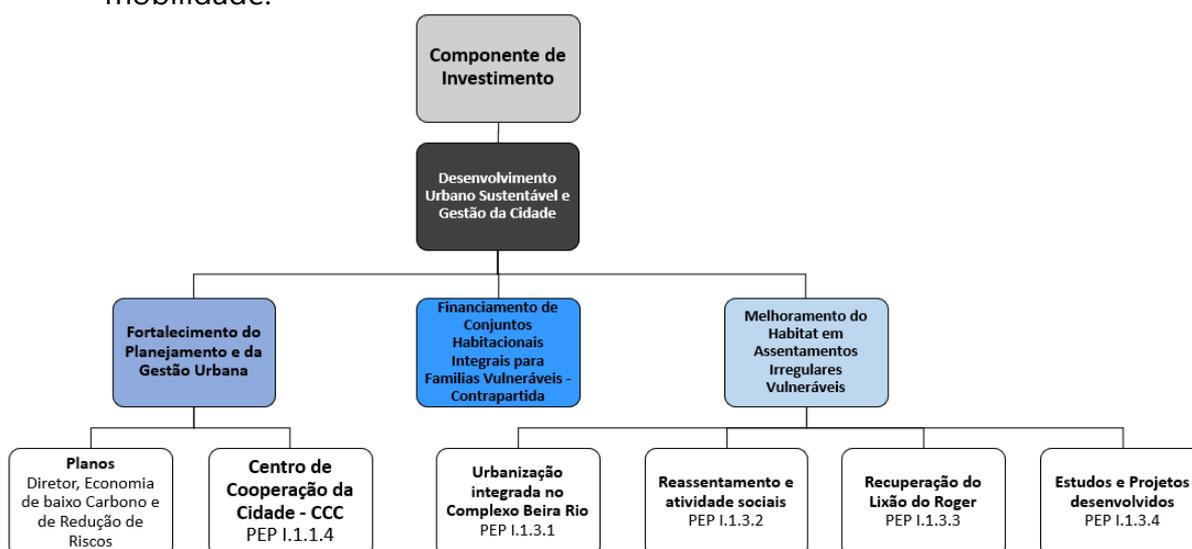


Figura 6 - EAP Componente I.1

Fonte: Instituto Aquila (2021)

2.2.2. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

O Componente I.2, apresentado na Figura 7, financia as seguintes ações:

-  Reestruturação organizacional das secretarias envolvidas;
-  Atualização da planta genérica de valores;
-  Implantação do novo modelo de gestão dos contribuintes;
-  Implantação do novo modelo de cobrança;
-  Desenvolvimento de um novo sistema de administração tributária;
-  Implantação do modelo de gestão do patrimônio municipal;
-  Implantação da escola de governo;
-  Implantação do novo modelo de gestão de compras;
-  Implantação do programa de educação fiscal;
-  Implantação do novo modelo de inteligência fiscal;
-  Virtualização dos processos administrativos por meio do processo eletrônico;
-  Implantação do modelo de gestão financeira e contábil;
-  Redefinição do modelo de assistência social do município;
-  Melhoria do modelo de atuação da Defesa Civil;
-  Aperfeiçoamento da infraestrutura física e de tecnologia da informação, e
-  Implantação do Data Center em uma Sala Segura, certificada e com padrões de segurança internacionais.

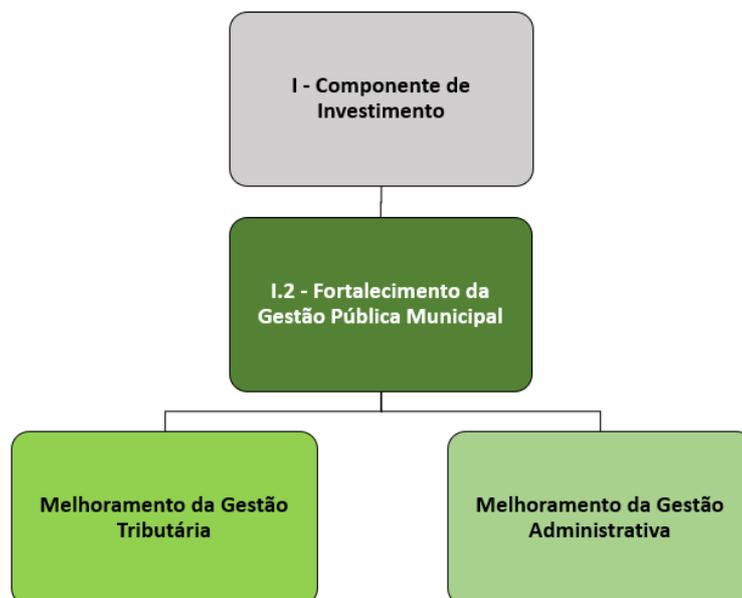


Figura 7 - EAP Componente I.2

Fonte: Instituto Aquila (2021)

2.3. ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

O Órgão Executor do Programa é o Município de João Pessoa, por meio da Unidade Executora de Programa (UEP), criada pelo Medida Provisória 67/2018, convertida na Lei de nº 13.676/2018, publicada no Semanário Oficial do Município de 23 a 29 /12/2018, Edição Extra. Para a articulação institucional foi criado o Comitê de Gestão do Programa (CGP), com competência e atribuições de aconselhamento e acompanhamento.

Para as ações relacionadas com a comunicação social do Programa, a UEP conta com o apoio da Secretaria de Comunicação Social que tem por missão levar a informação ao cidadão, de forma completa, transparente e democrática.

A execução do Programa está, portanto, centralizada no Gabinete do Prefeito Municipal que, por intermédio da Unidade Executora do Programa (UEP), tem a responsabilidade de planejar e realizar a gestão técnica, administrativa e fiduciária, bem como o monitoramento e a avaliação do Programa, com base em sua Matriz de Resultados.

Os desembolsos do empréstimo ingressam em conta específica em nome do Programa na Secretaria de Finanças (SEFIN).

Para atuar durante o prazo da execução do Programa, foi criada a Comissão Especial de Licitações (CEL), específica para as licitações no âmbito do Gabinete do Prefeito, onde está vinculada a UEP. A CEL possui a finalidade de realizar todos os processos de seleção e contratação de consultorias, de aquisição de bens e serviços comuns e, em especial, da contratação de obras, realizados com recursos do financiamento.

A UEP está sendo apoiada por uma empresa de consultoria que lhe dá suporte no gerenciamento das ações do Programa, além de outra empresa que fará a supervisão das obras, incluindo ambiental, com o objetivo de prestar apoio técnico-operacional e disponibilizar especialistas nos temas afetos a cada um dos componentes.

Os processos de orçamento, reservas financeiras para aquisições, empenhos, contratações, reconhecimento de gastos, autorizações de pagamento e registro contábil seguem os trâmites usuais do Município de João Pessoa, com o apoio do sistema adotado para atendimento das normas existentes:

-  Lei Orçamentária Anual (LOA),
-  Planos Plurianuais (PPA),
-  Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A estrutura administrativa do programa é composta pelos seguintes membros, cuja estrutura é apresentada na figura 8:

- Prefeito de João Pessoa - Desempenha função de articulação político-institucional,
- Coordenador Geral da Unidade Executora de Programa (UEP) - Desempenha a função de execução da operação crédito;
- Comitê Gestor do Programa (CGP) - Responsável por discutir assuntos relevantes, solucionar possíveis dificuldades e informar ao Prefeito sobre aspectos chave do Programa, além disso, será a instância encarregada pela aprovação dos projetos do componente Projetos Estratégicos;
- Coordenação das ações - Secretarias e órgãos responsáveis pelas ações do programa em seu respectivo âmbito de competência;
- Comissão Especial de Licitação (CEL) - Responsável pela execução dos processos licitatórios do programa; e
- Membros da UEP, que são: Assessor Jurídico, Assessor de Comunicação, Assessoria Técnica, Coordenador de Tecnologia da Informação, Coordenador Administrativo e Financeiro, Coordenador do Centro de Cooperação da Cidade, Coordenador Geral, Coordenador Executivo, Coordenador de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Coordenador de Fortalecimento da Gestão Pública, Coordenador de Aspectos Sociais, Coordenadora de Aspectos Ambientais e a Equipe da Gerenciadora.

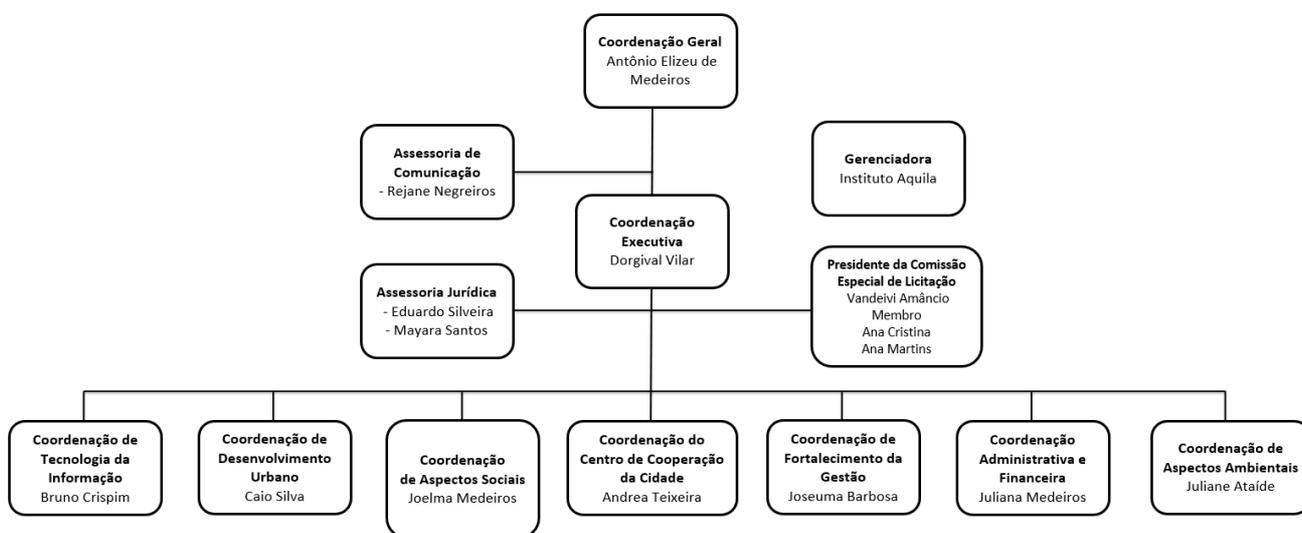


Figura 8 – Organograma

Fonte: Instituto Aquila (2023)

Neste primeiro semestre de 2023 ocorreu uma alteração e uma adição no quadro da UEP, a Coordenação Ambiental, que estava sendo conduzida pela Sra. Thais Gidi, agora é ocupada pela Sra. Juliane Ataíde. No mês de maio/2023 a antiga coordenadora informou à Coordenação Geral que estava deixando suas atividades. Ainda neste primeiro semestre ocorreu a adição de mais um membro na UEP, desta vez, na CEL, foi adicionada a Sra. Ana Cláudia para compor a equipe que estava com forte demanda pela grande quantidade de

processos em andamento.

O CGP, presidido pelo Prefeito Municipal e auxiliado pelo Coordenador Geral da Unidade Executora do Programa (UEP), tem como membros efetivos, além do Prefeito, os titulares dos seguintes Órgãos e Entidades da Administração Indireta da PMJP e outros órgãos estaduais e federais. Este foi ampliado, conforme o Regulamento Operacional do Programa (ROP), revisado em novembro/2022.

PMJP

-  ✓Secretaria de Infraestrutura
-  ✓Secretaria da Receita
-  ✓Secretaria Habitação Social
-  ✓Secretaria de Desenvolvimento Urbano
-  ✓Secretaria de Desenvolvimento Social
-  ✓Secretaria de Finanças
-  ✓Secretaria de Planejamento
-  ✓Secretaria de Administração
-  ✓Secretaria de Meio Ambiente
-  ✓Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania
-  ✓Coordenadoria Proteção e Defesa Civil
-  ✓Procuradoria-Geral do Município
-  ✓Controladoria Geral do Município
-  ✓Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana
-  ✓Empresa Municipal de Limpeza Urbana

Outros órgãos da esfera estadual e federal

-  ✓Serviço de Atendimento Móvel de Urgência Outros Órgãos e Entidades do Estado da Paraíba e do Governo Federal
-  ✓Polícia Rodoviária Federal (PRF)
-  ✓Polícia Militar (PM)
-  ✓Corpo de Bombeiros (CB)

O Vice-Prefeito é o Vice-Presidente do Comitê e o substituto eventual do Prefeito. O CGP fará reuniões ordinárias semestrais, e extraordinárias, quando se fizer necessário. Será elaborado um Regimento Interno para o CGP, o qual definirá os procedimentos e atribuições específicas de cada um de seus membros. O ato legal que aprovará a formação do CGP e da UEP também aprovará esse Regimento Interno.

3. ASPECTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA

De acordo com o Plano de Financiamento, do Anexo Único do Contrato de Empréstimo N° 4444/OC-BR, a partir do Instrumento de Alteração Contratual N° 1, assinado em 09/02/2023, o custo e financiamento total do Programa João Pessoa Sustentável passou a ser de US\$ 159,4 milhões, sendo US\$ 100 milhões financiados pelo BID e US\$ 59,4 milhões em contrapartida da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

A Figura 9 abaixo, apresenta a distribuição desses recursos entre seus componentes, e ainda, distingue aqueles que são advindos do empréstimo BID e dos provenientes da contrapartida da Prefeitura. Importante destacar, que o componente de investimento representa a maior parte do programa, no intuito de fomentar o desenvolvimento das demandas municipais, políticas públicas e o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Componentes/Subcomponentes	Banco	Contrapartida Local	Total
Componentes de Investimento	89.966	57.477	147.443
Componente I. Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade	65.111	57.477	122.588
Componente II. Fortalecimento da Gestão Pública Municipal	24.855	0	24.855
Gestão Administrativa do Programa	10.034	1.923	11.957
UEP e Auditoria	7.653	1.923	9.576
Monitoramento e Avaliação	469	0	469
Programas do MGAS	1.912	0	1.912
Total	100.000	59.400	159.400

Figura 9 – Quadro de Custos do Programa, em milhares de dólares (US\$)

Fonte: Instrumento de Alteração Contratual N° 1 – Contrato de Empréstimo N° 4444/OC-BR

3.1. DO DESEMBOLSO

Sobre o indicador de desembolso, recursos solicitados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pontua-se que este vem evoluindo ao longo dos anos, porém, ao final do primeiro semestre de 2023 não foram feitas novas solicitações, devido ao atraso na execução do contrato para aquisição do Data Center. De acordo com o prognóstico de desembolso enviado em fevereiro/2023, a previsão para o primeiro semestre era solicitar US\$ 4,0 milhões (Gráfico 1), o que não se cumpriu, e com isso, o indicador permanece no patamar

de US\$ 17,5 milhões no acumulado (Gráfico 2), conforme é demonstrado a seguir:



Gráfico 1 - Desembolso (1º semestre 2023)

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

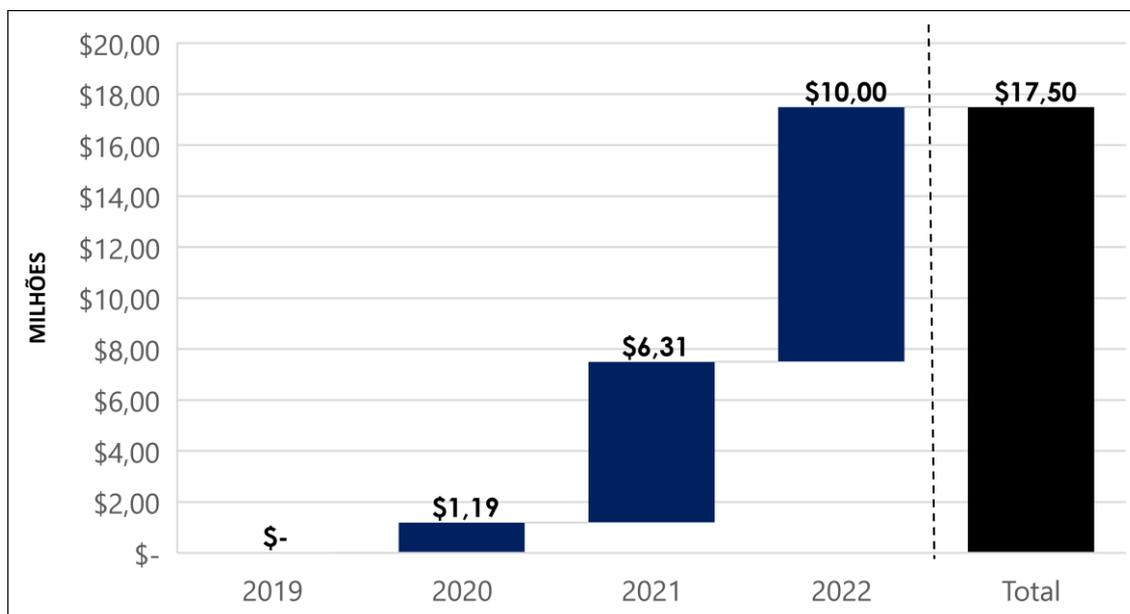


Gráfico 2 - Desembolso Acumulado

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Com relação as metas de 2023 pactuadas no relatório PMR Financeiro, é possível constatar que a execução financeira do programa no primeiro semestre de 2023 cumpriu 49%

do planejado, somando-se às duas fontes orçamentárias, conforme demonstrado no Gráfico 3 abaixo. Especificamente a fonte contrapartida (PMJP) já cumpriu 94% da meta.

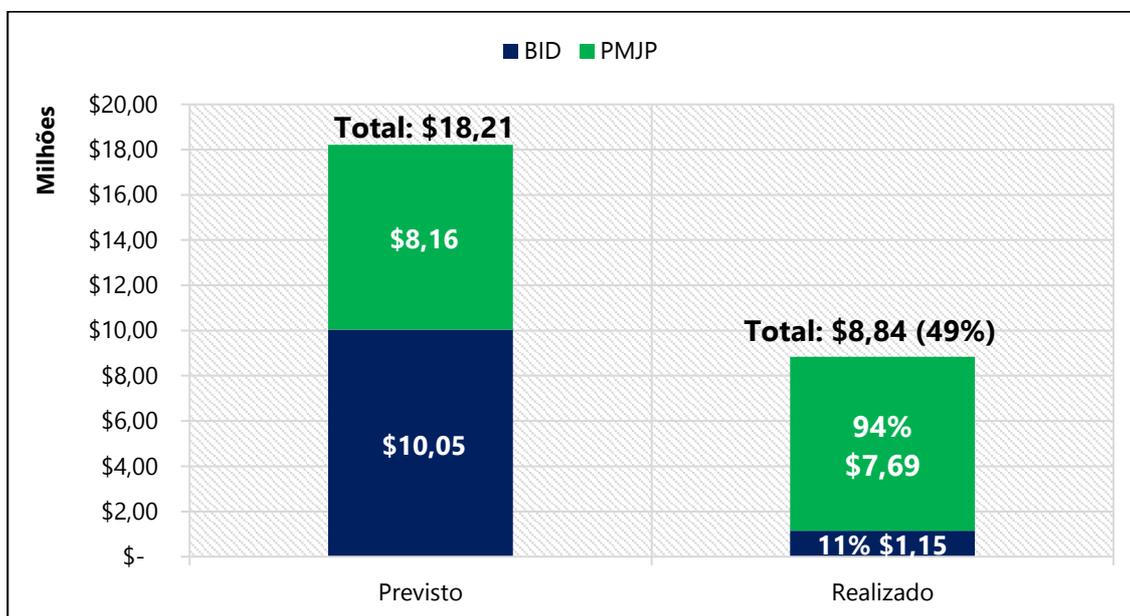


Gráfico 3 - Execução Financeira (1º semestre 2023)
 Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

Desdobrando o resultado da execução financeira por componente, falaremos sobre os Componentes I.1, I.2 e II.

O Componente I.1 cumpriu 72% da meta prevista para o semestre em pauta, sendo 13% de êxito com recurso BID e 93% da meta de contrapartida (PMJP), dados estes disponíveis no Gráfico 4.

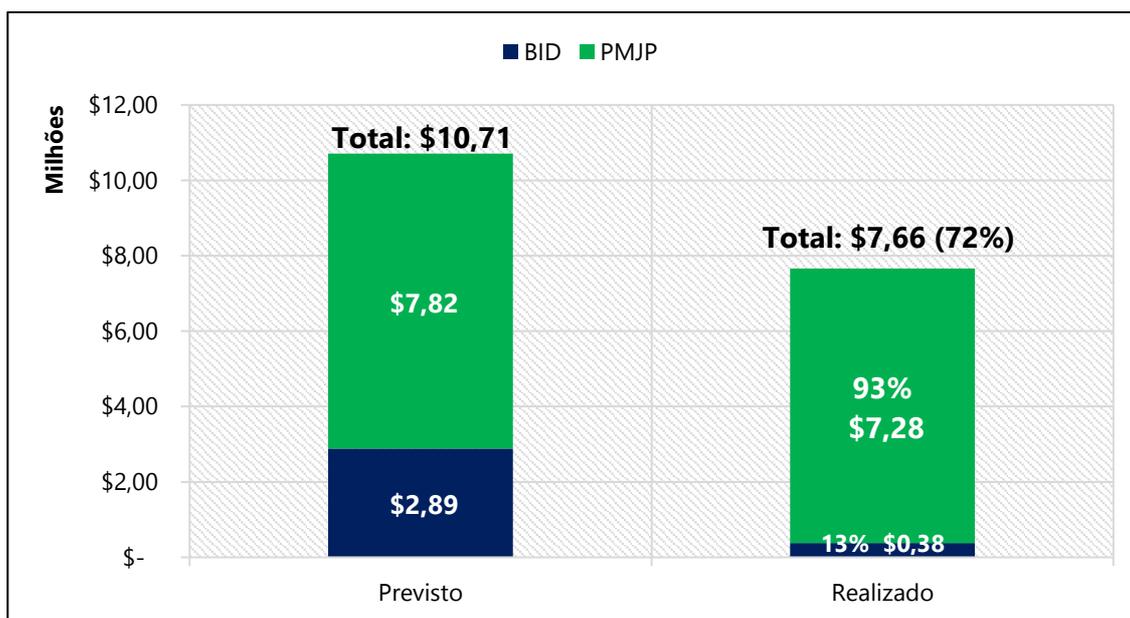


Gráfico 4 - Execução Financeira (1º semestre 2023) – Componente I.1
 Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

Já o componente I.2, observa-se (Gráfico 5) que a execução financeira teve um desempenho de 9% no período. Este componente não possui recurso de contrapartida (PMJP).

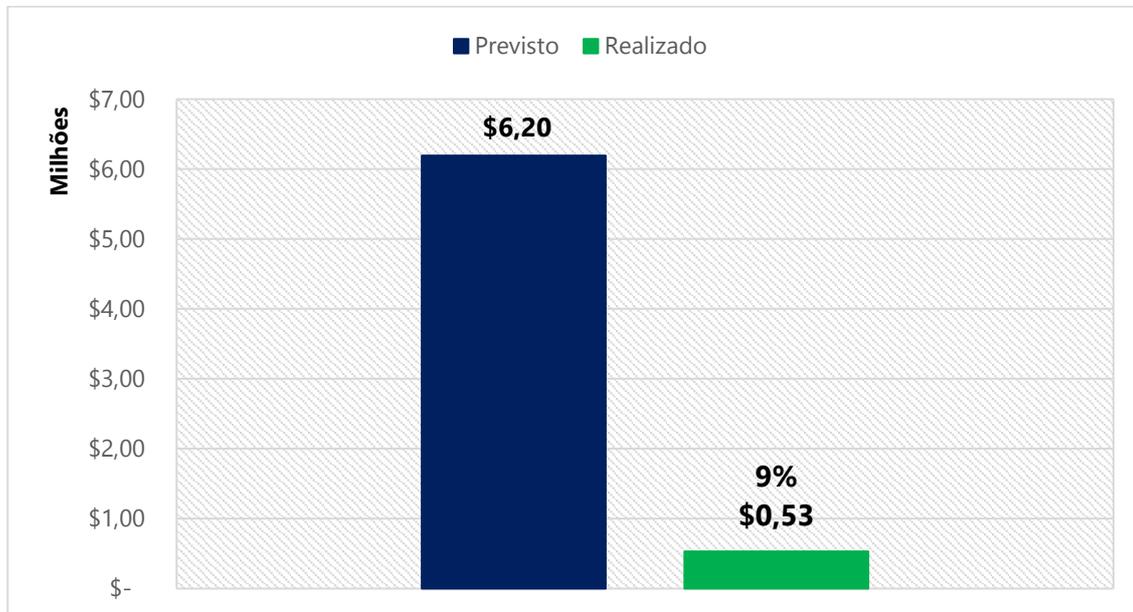


Gráfico 5 - Execução Financeira (1º semestre 2023) – Componente I.2
 Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

Já em relação ao componente II, nota-se (Gráfico 6) que no primeiro semestre, foi executada 50% da meta financeira prevista para o ano, sendo 26% de recurso BID e superando em 19% a meta de contrapartida (PMJP).

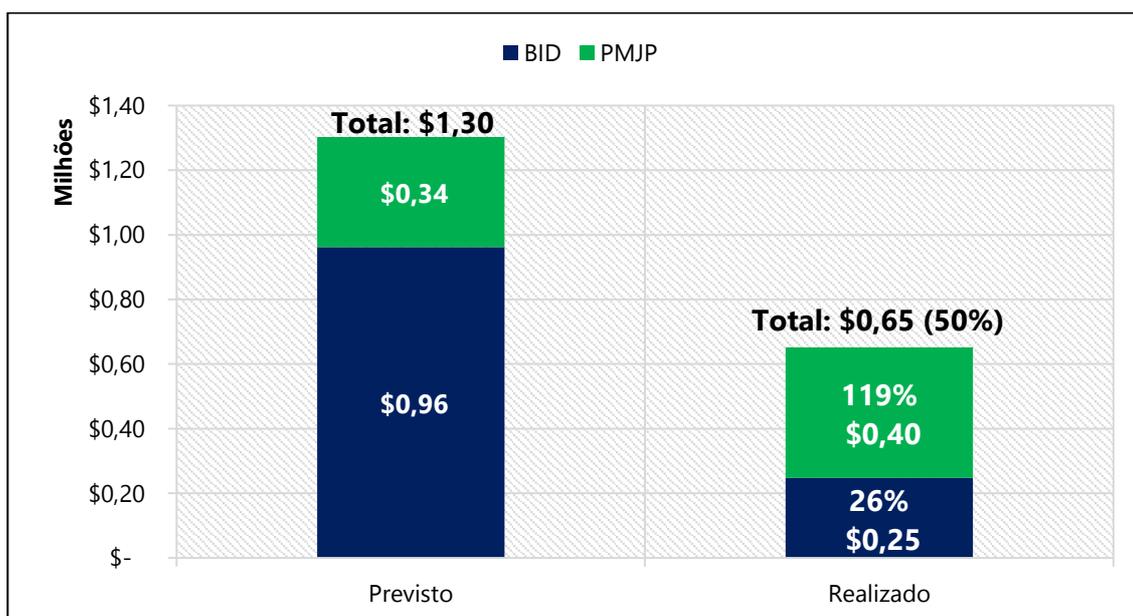


Gráfico 6 - Execução Financeira (1º semestre 2023) – Componente II
 Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

Por fim, a seguir é demonstrada a execução financeira acumulada do ano de 2019 ao primeiro semestre de 2023, por fonte de recurso BID (Gráfico 7) e recurso PMJP (Gráfico 8).

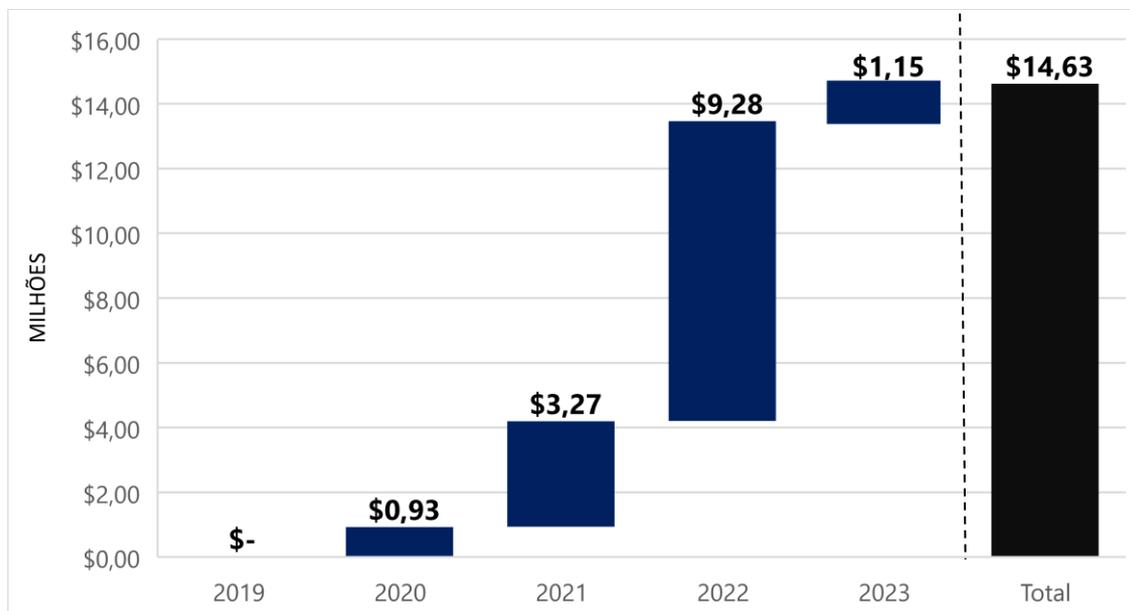


Gráfico 7 - Execução Financeira Acumulada (BID)
 Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

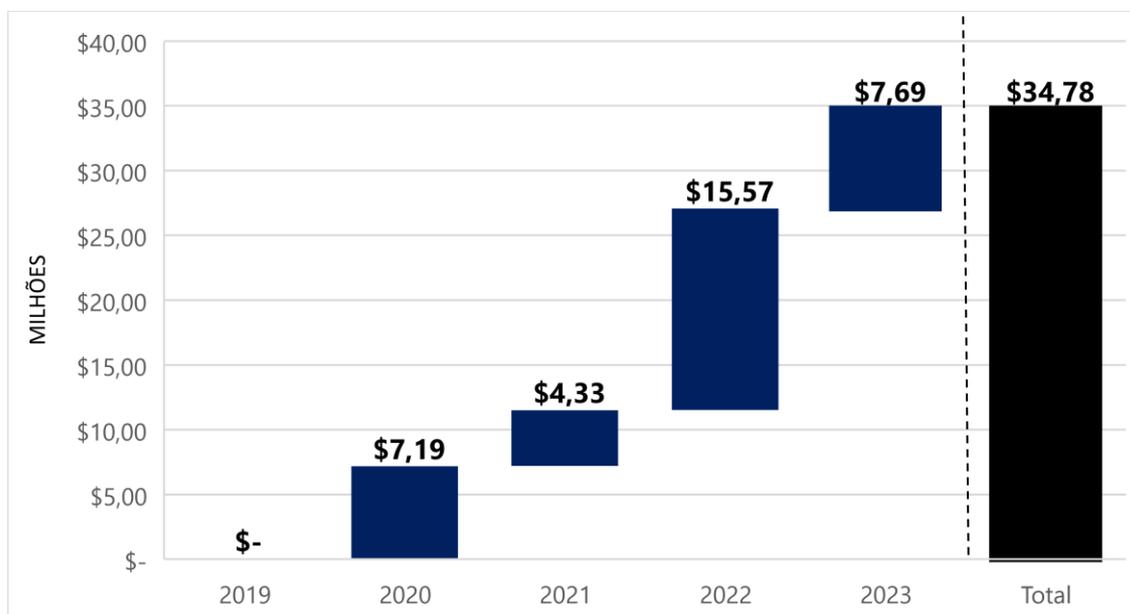


Gráfico 8 - Execução Financeira Acumulada (PMJP)
 Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

No tocante ao reconhecimento de gastos de contrapartida, mais especificamente do reconhecimento final do conjunto habitacional Vista Alegre, se faz necessário apontar que o valor realizado ultrapassou o valor previsto em US\$ 565.889,96, fazendo com que o subcomponente 'Financiamento de Conjuntos Habitacionais Integrais para Famílias

Vulneráveis' excedesse o montante de U\$ 32.599.000,00, totalizando assim U\$ 33.164.889,96. Logo, destaca-se, ainda, que o total dos 4 (quatro) conjuntos extrapolou o valor previsto em contrato, que é até o equivalente a U\$ 32.600.000,00, conforme definido pelo 1ª Instrumento de Alteração Contratual. Entretanto, a prestação de contas foi aprovada, apresentando Não Objeção por meio da CBR-898/2023 em 30/05/2023.

3.3. SALDO EM CAIXA

Considerando as solicitações de desembolso e a execução financeira, ao final do primeiro semestre de 2023 o saldo em caixa totalizou, aproximadamente, US\$ 2,87 milhões, conforme apresentado na Figura 11. Acrescenta-se que, o saldo objetiva atender a execução financeira planejada para o mês de julho/2023.



Figura 10 - Fluxo de Caixa até 30/06/2023

Fonte: Instrumentos de Planejamento do Programa (2023)

4. COMPONENTE I.1 – DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E GESTÃO DA CIDADE

Neste capítulo é apresentado detalhes do Componente I.1 e seu respectivo avanço no último semestre.

Este componente tem como objetivo fortalecer o planejamento e a gestão urbana, apoiar a redução do déficit habitacional municipal e melhorar os assentamentos irregulares vulneráveis com intervenções integrais.

Este componente foi estruturado em três subcomponentes, os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

4.1. SUBCOMPONENTE I.1.1 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO URBANA

São financiadas as seguintes atividades:

-  (i) revisão do plano diretor municipal;
-  (ii) Plano de descarbonização e adaptação climática;
-  (iii) elaboração do plano municipal de redução de riscos a desastres naturais; e
-  (iv) implementação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC) contemplando a integração institucional e tecnológica para situações de emergência, risco de desastres naturais, segurança pública e mobilidade.

4.1.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Produto - Plano Diretor Municipal	
Valor Previsto Total do Produto	US\$ 1.080.796,76
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

Tabela 1 - Plano Diretor Municipal atualizado

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa visa definir objetivos, orientações e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal, observando o contido no Estatuto da Cidade, com destaque para o artigo 2º, principalmente nas seguintes diretrizes gerais:

-  (i) Garantia do direito à cidade sustentável;
-  (ii) Gestão democrática;
-  (iii) Planejamento do desenvolvimento da cidade;
-  (iv) Ordenação e controle do uso do solo;
-  (v) Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas.

Além disso esses serviços incluirão também:

-  (i) Compatibilizar a legislação territorial urbana às demais legislações vigentes;
-  (ii) Revisar o Plano Diretor de João Pessoa;
-  (iii) Revisar e (re)definir o macrozoneamento e o zoneamento de todo o território municipal;
-  (iv) Pautar as propostas de ordenamento territorial;
-  (v) Elaborar minutas de anteprojetos de leis de revisão dos instrumentos jurídicos vinculados ao planejamento territorial, em especial a lei de Parcelamento do Solo, lei de Condomínio, Código de Obras e Edificação, Código de Posturas, Código Ambiental lei do Sistema Viário, lei do Perímetro Urbano, lei de Uso e Ocupação do Solo e demais leis específicas dos instrumentos de política urbana, integrando-as ao Plano Diretor.

No 2º semestre de 2022 todas as 6 Minutas¹ previstas na PMR foram entregues pelo fornecedor, conforme prazo estipulado no indicador de Metas do Programa. A seguir podem ser observados mais alguns dos avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

¹ <http://pdjp.com.br/>

Tabela 2 - Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal

I.1.1.1.1 -Serviço para atualização e revisão do Plano Diretor Municipal e legislações complementares	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.074.076,00
Valor Contratado	US\$ 545.745,77
Status	Contrato em Execução, conclusão prevista para 2º semestre de 2023
Avanço	
Plano diretor pronto e encaminhado para aprovação na câmara dos vereadores.	
Dificuldades	
Está tramitando nas Comissões da Câmara Municipal, passando por entendimento entre os setores envolvidos, Instituições e consulta popular, seguindo o rito regimental.	
Ação para a Dificuldade	
Acompanhar as tramitações regimentais junto a Câmara Municipal.	

4.1.2. PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Tabela 3 - Plano de economia de Baixo Carbono elaborado

Produto - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 846.875,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Este plano tem como objetivo definir o roteiro de descarbonização da economia, e vinculá-lo a objetivos socioeconômicos como criação de empregos, inovação e melhoria da qualidade de vida, ao mesmo tempo que subsidia iniciativas visando maximizar a adaptação e resiliência do município frente às mudanças climáticas.

A elaboração do Plano de Descarbonização e Adaptação Climática, compreenderá todo limite territorial do município. Deverá, como principal base estratégica para o planejamento de ações de mitigação e adaptação, observar os inventários de emissão de GEE já desenvolvidos pela Prefeitura de João Pessoa e estudos realizados. Deverá, ainda, observar

outros planos, leis de resíduos sólidos, marco regulatório de saneamento, estratégias ou dispositivos inerentes ao tema da mudança climática distribuídos pelos entes federativos, além de dados primários obtidos através de levantamentos em campo, e observando as diretrizes do Plano Diretor do Município.

Em junho de 2023 a Prefeitura de João Pessoa apresentou que finalizou o projeto de construção do seu Plano de Ação Climática (PAC). O documento, elaborado de forma participativa, aponta 37 medidas de adaptação e mitigação para alcançar o objetivo de neutralizar as emissões líquidas de carbono da cidade até 2050.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 4 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática

I.1.1.2.1 - Plano de Descarbonização e Adaptação Climática	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 846.875,00
Valor Contratado	US\$ 359.423,33
Status	Concluído no 1º semestre de 2023
Avanço	
Neste semestre foram finalizados o Plano de Ação Climática e a Minuta do projeto de Lei. Cumprindo a meta estipulada na PMR para o Produto, conforme o prazo acordado.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

4.1.3. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS

Tabela 5 - Plano Municipal de redução de riscos

Produto - Plano Municipal de redução de riscos	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 234.625,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Este plano é imprescindível para a segurança das pessoas que passarão a habitar e

frequentar esses espaços que serão feitos pelo Programa, pois como João Pessoa é um município antigo e algumas áreas já sofreram diversos tipos de ações tanto do tempo, quanto antrópicas, elas podem colocar em risco as pessoas, por vários motivos como: instabilidade do solo, áreas suscetíveis à inundações e alagamentos, estruturas não adequadas aos locais e também para prever reações emergenciais a algum desastre que venha a ocorrer em proporções maiores, como em períodos de retorno, assim evitando mortes e acidentes.

Foi proposto uma aquisição para tratar da contratação de uma ferramenta WEB/Mobile para Gestão e Gerenciamento dos Riscos. No 2º semestre de 2022 foi realizada uma Consulta pública participativa, aberta ao mercado e a especialistas para poderem contribuir e dar certeza a UEP se o que estávamos pensando em contratar corresponde a expectativa do mercado.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 6 - Serviço de elaboração do Plano de Risco e Desastre

I.1.1.3.2 - Construção, Implantação e Suporte de ferramenta web, para gerenciamento de riscos e desastres	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 190.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Contratação prevista para 2º semestre de 2023
Avanço	
Ferramenta licitada, homologado em junho/2023 em fase de contratação.	
Dificuldades	
Processo com diversos recursos na fase de licitação.	
Ação para a Dificuldade	
Priorização para respostas e esclarecimentos aos recursos e questionamentos.	

Tabela 7 - Consultor Individual de apoio à Defesa Civil

I.1.1.3.3 - Consultor Individual de apoio à Defesa Civil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 24.625,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Contratação prevista para 2º semestre de 2023

Avanço
No semestre foi elaborado o TR e orçamento, os quais foram enviados para análise dos órgãos de controle e ao fechamento do semestre estava em fase de assinatura.
Dificuldades
Processo aguardando a contratação da ferramenta web de risco e desastres, pois o escopo da contratação visa acompanhar a implantação da ferramenta.
Ação para a Dificuldade
Avançar no processo de contratação da ferramenta.

4.1.4. CENTRO DE COOPERAÇÃO DA CIDADE

Tabela 8 - Centro de Cooperação da Cidade – CCC

Produto - Centro de Cooperação da Cidade – CCC	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.077.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID/PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O CCC visa prover uma solução integrada para os desafios urbanos existentes, sendo um indutor de transformação no manejo e utilização de informações em prol do processo decisório da gestão da cidade de João Pessoa. A implementação do CCC é o componente responsável pela melhoria das respostas da Prefeitura as demandas de serviços que geram grandes impactos no cotidiano da população de João Pessoa. O CCC atuará com foco nos seguintes eixos:

-  Mobilidade Urbana,
-  Atendimento de Urgência (SAMU), Segurança,
-  Defesa Civil,
-  Gestão Pública Moderna e
-  Meio Ambiente, outros serão incluídos progressivamente.

O CCC deverá captar, processar, armazenar, disponibilizar as informações e demandas de serviços da cidade de João Pessoa, das instituições públicas e de parceiros, vinte e quatro horas por dia nos sete dias da semana, permitindo a cooperação entre instituições, a interação com cidadãos e a prestação de serviços públicos.

O Centro de Cooperação da Cidade – CCC será implantado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável, e fará uso de um prédio público já construído, localizado na Avenida João Cirilo da Silva, N° 850, no bairro Altiplano Cabo Branco. Para essa implantação, ocorrerá adequação do espaço para comportar a estrutura técnico-operacional do Centro. O referido prédio localiza-se em terreno com área verde, e a condição de preservação dos elementos arbóreos será mantida.

Em 13 de fevereiro de 2023 foi homologado e assinado o contrato com a empresa vencedora, a Empresa GERATRIX CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS E INSTALAÇÕES LTDA, CNPJ nº 07.223.818/0001-12, no valor total de R\$ 6.544.817,12 (seis milhões quinhentos e quarenta e quatro mil oitocentos e dezessete reais e doze centavos).

Todavia, a emissão da primeira ordem de serviço estava condicionalmente atrelada à prévia aprovação pelo BID de um Plano de Deslocamento Econômico Cultural – PDEC elaborado em favor do Celeiro Espaço Criativo, devido às especificidades e às características das atividades econômicas e culturais desenvolvidas no local. A princípio, o PDEC esteve sob a elaboração da Coordenação do CCC, com o apoio Coordenação Ambiental. Porém, com a saída da antiga Coordenadora Ambiental, em maio de 2023, a Coordenação do CCC, juntamente com a Coordenação Geral, acordou que, para uma conclusão mais breve da elaboração do PDEC, seria necessário, também, o apoio das equipes da Coordenação Social e da Assessoria de Comunicação da UEP, como também a equipe social e ambiental da Gerenciadora Aquila. Assim, com o trabalho conjunto, foi obtido a aprovação do PDEC em julho de 2023 e, em seguida, foi emitida a Ordem de Serviço, no dia 26 de julho de 2023.

O Plano de Deslocamento Econômico e Cultural é um o item de grande importância, e precede o início das obras do CCC, uma vez que o local escolhido pela gestão do município após a desistência da construção no Centro Administrativo Municipal – CAM, foi o Celeiro Cultural, que está situado no bairro do Altiplano em João Pessoa. O prédio do Celeiro Espaço Criativo está sob a administração da Secretaria de Educação do município, e tem como objetivo e vocação o desenvolvimento das capacidades de artesãos e artistas do município. As visitas realizadas ao Celeiro identificaram a necessidade de uma ação de deslocamento com garantias da continuidade das atividades no momento de transição, com o compromisso de prover local adequado para transferir as atividades então realizadas no espaço do Celeiro. Em acordo firmado entre a Gestão Municipal e a Secretaria de Educação, ficou decidido que o local que iria acolher o grupo que ocupa o prédio do Celeiro seria a Estação das Artes, outro prédio público que está sob administração do município, mas que se encontra em reforma.

Dentre as atividades realizadas visando ao desenvolvimento do PDEC, houve a aplicação de questionários e realização de reuniões para a identificação socioeconômica. O documento traz diretrizes e procedimentos para os aspectos e impactos socioeconômicos dos afetados dentro do Celeiro Cultural e passou por algumas revisões do BID, sendo necessário ser

elaborado com maior detalhamento sobre o deslocamento e a preparação da modelagem da consulta do plano de deslocamento econômico e cultural. A coordenação do CCC preparou e listou as atividades do PDEC com apoio da Coordenação Social, Ambiental, da Assessoria de Comunicação da UEP e também foi solicitado formalmente o apoio dos especialistas da Gerenciadora Aquila. Os documentos foram aprovados, e a Consulta Pública ao PDEC está prevista para ser realizada no 2º semestre de 2023.

Durante o primeiro trimestre de 2023 foi finalizado pela Gerenciadora o Relatório de Avaliação Ambiental e Social (RAAS) para a obra de implantação do Centro de Cooperação da Cidade e seu respectivo Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), o qual foi aprovado pelo BID. Porém, o envio formal somente será realizado após a conclusão do PDEC, uma vez que foi solicitado pelo BID que o envio formal seja realizado apenas em conjunto com o PDEC.

Em dezembro/2022 foi emitida a Ordem de Serviço do Consultor Individual 2º etapa do CCC. As atividades dos processos de aquisição para atender SEMOB, SEMUSB, SAMU, Defesa Civil e SEMAM estão sob a responsabilidade do Coordenador de Tecnologia Bruno Crispim com suporte do consultor individual contratado Marcelo Soares.

Oportunamente, em maio/2023 surgiu a necessidade da elaboração de novo Termo de Referência – “CCC consolidado”, consolidando todas as aquisições do CCC par as UMs: (Defesa Civil, Secretaria do Meio Ambiente, Superintendência de Mobilidade Urbana, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania), excluindo a aquisição do Retrofit do prédio já contratada.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção segundo os itens do Plano de Aquisições.

Tabela 9 - Construção da Edificação.

I.1.1.4.1.1 - Construção da Edificação (obras e infraestrutura).	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.751.532,95
Valor Contratado	US\$ 1.322.185,28
Status	Contrato em Execução
Avanço	
Análise das propostas concluídas em fevereiro/2023 e contrato assinado em março, seguindo para emissão da ordem de Serviço.	
Dificuldades	
Aprovação do PDEC.	

Ação para a Dificuldade
Foi solicitado em maio/2023 apoio da Coordenação Social, Ambiental, da Assessoria de Comunicação da UEP e também foi solicitado formalmente o apoio dos especialistas da Gerenciadora Aquila na elaboração do PDEC, que foi enviado e aprovado pelo BID em julho/2023.

Tabela 10 - CCC Consolidado

CCC Consolidado (para ser criado no PA)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	Ainda será ajustado no PA
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para o 2º semestre de 2023
Avanço	
Elaborado em maio/2023 a primeira versão do Termo de referência do CCC consolidado elaborado pelo Consultor Marcelo Soares, tendo como objetivo a contratação de empresa especializada para o fornecimento, implantação e integração das soluções a serem aplicadas ao Centro Cooperação da Cidade de João Pessoa.	
Dificuldades	
Necessidade de um melhor detalhamento do objeto a ser contratado e detalhes sobre os padrões de qualidade, materiais, equipamentos.	
Ação para a Dificuldade	
Reuniões semanais para alinhamento das estratégias juntamente com a coordenadora do projeto, coordenador da UMTI e o para o consultor individual para explanação e apresentação de sugestões e de ajustes a TR para possíveis melhorias.	

Tabela 11 – Fibra e Rede Lógica

Fibra e Rede Lógica	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	Ainda será ajustado no PA
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para o 2º semestre de 2023
Avanço	
Ajuste de TR da rede lógica permitindo uma melhor integração entre a rede CCC com a rede Municipal de João Pessoa	
Dificuldades	
Não se aplica	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica	

4.2. SUBCOMPONENTE 1.1.2 – FINANCIAMENTO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS INTEGRAIS PARA FAMÍLIAS VULNERÁVEIS

São financiados com recursos de Contrapartida Local a construção de cerca de 2.300 (duas mil e trezentas) habitações para aproximadamente 11.500 (onze mil e quinhentas) pessoas de baixa renda nos Conjuntos Habitacionais: Colinas de Gramame, São José, Saturnino de Brito e Vista Alegre. Também, são financiadas obras de infraestrutura básica e/ou equipamentos urbanos priorizados de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento Operativo do Programa (ROP) e em consistência com as políticas de salvaguardas do Banco.

4.2.1. CONJUNTO HABITACIONAL COLINAS DE GRAMAME

Tabela 12 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame

Produto - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	
Valor Reconhecido	US\$ 3.889.840,20
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Residencial Colinas de Gramame, instalado na Rua Projetada, no bairro de Gramame, Loteamento Colinas do Sul, possui área de 14.137,65m² (quatorze mil cento e trinta e sete metros quadrados) e oferece um total de 432 (quatrocentos e trinta e duas) unidades habitacionais. O Colinas de Gramame enfrenta dificuldade na gestão dos resíduos domésticos, como é comum em diversos conjuntos habitacionais de interesse social, dificuldade essa identificada no Plano de Ação elaborado pela UEP, na tentativa de solucionar esta dificuldade, a UEP planeja ação integrada como ocorrido em outros conjuntos habitacionais como ação corretiva e deverá implementar junto com as secretarias uma ação estruturada para melhoria da gestão a médio e longo prazo.

No último semestre foi dado seguimento às atividades previstas na macroação: Mobilização, Organização e Fortalecimento Social para continuidade do acesso dos moradores do CH aos serviços públicos ofertados pelas Secretarias Municipais, continuidade das reuniões de avaliação e planejamento das ações com a coordenação do TTS.

Na macroação Educação para Saúde, foi dado continuidade às práticas esportivas com o grupo de mulheres, crianças, adolescentes e idosos com aeróbica, alongamentos, danças e práticas esportivas fortalecendo assim os vínculos do Trabalho Social com a Comunidade.

Na macroação Sistema de Reclamação e Queixas alguns moradores procuraram para tirar dúvida a respeito da individualização das contas de água a partir do acordo com a CAGEPA para individualização das contas atrasadas.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 13 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame

I.1.2.1 - Conjunto Habitacional - Colinas de Gramame	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.889.840,20
Valor Reconhecido	US\$ 3.889.840,20 (reconhecimento realizado em junho/2021)
Status	Concluído
Avanço	
Aumento do número de coletores de lixo e melhoria da qualidade do serviço de coleta no residencial e melhoria dos serviços de saúde ofertados para comunidade.	
Dificuldades	
Necessário melhorar a gestão condominial e participação comunitária.	
Ação para a Dificuldade	
Planejar novas ações integradas.	



Figura 11 - Região de Implantação do Residencial Colinas de Gramame

Fonte: Google (2021)



Figura 12 - Residencial Colinas de Gramame

Fonte: PMJP (2020)

4.2.2. CONJUNTO HABITACIONAL SATURNINO DE BRITO

Tabela 14 - Saturnino de Brito

Produto - Saturnino de Brito	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 15.312.500,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Conjunto Habitacional Saturnino de Brito foi instalado próximo a áreas degradadas, parte destas áreas estão dentro do terreno do habitacional e outra parte na Comunidade Renascer, limítrofe ao Conjunto. Com o objetivo de favorecer a recuperação ambiental de três áreas específicas a SEMAM elaborou um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), este vem sendo executado pelas secretarias municipais desde o segundo trimestre de 2022.

As obras de infraestrutura estão em andamento e não ocorreu interrupções neste primeiro semestre nas obras que beneficiam a comunidade que margeia e o conjunto habitacional. O cronograma de execução previsto para 18 (dezoito) meses, a intervenção contempla praças com brinquedos infantis, a instalação de pontos comerciais no interior do conjunto habitacional, além da infraestrutura da comunidade. O Centro Comercial teve sua alvenaria levantada e está em fase final de construção.

O acesso às políticas sociais é uma das importantes ações que diminuem situações de extrema vulnerabilidade social entre os moradores do Saturnino de Brito. Para permitir o acesso às políticas assistenciais é necessário que o cidadão tenha o NIS – Nº de Inscrição Social e para isso o CRC vem fazendo um trabalho junto às famílias do Residencial e Comunidade Renascer. A inscrição no programa Mais Pão e Leite ocorreram em dezembro de 2022 e neste semestre contribuíram para diminuir a vulnerabilidade das famílias no acesso aos alimentos e a promoção da segurança alimentar.

Uma outra macroação importante no TS é a Educação Patrimonial e Ambiental. Uma atividade relacionada com os futuros 12 (doze) comerciantes dos núcleos de comercialização estão sendo acompanhada pela equipe do microcrédito municipal “Eu Posso”. O desenvolvimento das atividades econômicas e o suporte a esses empreendedores vem sendo articulado entre o Trabalho Social e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do município – SEDEST. Os 12 comerciantes estão participando de atividades em conjunto com a SEDEST e SEDURB no sentido de entenderem as regras de funcionamento do centro de comercialização, dos direitos e deveres. Outro ponto importante para o pleno funcionamento das atividades comerciais foi que ocorreram reuniões sobre os espaços de comercialização para verificar as condições do empreendimento e o entendimento sobre direitos, deveres e a necessidade das normas condominiais. Nestas atividades participaram a SEDES/CRC, SEMHAB e SEDURB.

Uma das Macroações é a Mobilização, Organização e Fortalecimento Social para continuidade do acesso dos moradores do CH aos encaminhamentos e serviços públicos de assistência social, educação para jovens e adultos, acesso à cursos de capacitação profissional e gestão de negócios, campanhas de prevenção e apoio e acesso à serviços judiciais. Os cursos em execução no 1º semestre de 2023 é o de empreendedorismo e há 43 (quarenta e três) inscritos neste curso que em formou 30 (trinta) alunos em 2022.

O acesso aos serviços educacionais é uma importante ação ofertada no Residencial Saturnino de Brito e as atividades de Educação de Jovens e Adultos que oferta para 89 (oitenta e nove) moradores cursos regulares para o 1º, 2º e 4º ciclo. Essa atividade não apenas oferta oportunidades para adultos que não tiveram acesso e para jovens que por problemas relacionados à violência tem restrição na circulação em outras áreas. Há duas turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, em funcionamento nas salas do Centro de Referência da Cidadania – CRC.

As queixas e reclamações – SRQ - registradas foram concentradas na questão dos vícios de construção e foram registradas. No 1º semestre de 2023 a construtora ENGEMAT emitiu um comunicado informando de 15 (quinze) queixas de vícios construtivos que estavam pendentes do ano anterior e foram equacionados. A informação foi enviada pela Técnica Social da SEMHAB no CHSB.

No que se refere ao acesso a água uma auditoria está em realização neste 1º semestre de 2023, para verificar as UH que consomem mais de 15 m³ (quinze metros cúbicos) no mês para verificar a existência de vazamentos e outros motivos que possam justificar o gasto excessivo de água. As UH que não consomem mais de 10 m³ (dez metros cúbicos) pagam a taxa mínima (tarifa social). Além desta auditoria e de renegociações de débitos ocorreram ações de capacitação aos moradores sobre o uso correto e as medidas de conservação. No final do semestre foram implantados em (113) (cento e treze unidades habitacionais) UH a tarifa social, em negociação com a CAGEPA tem (93) – a empresa parcela os débitos em até 60 (sessenta) vezes, esperando a média de 10m³ (43) (quarenta e três), conserto de vazamentos (quarenta) para conserto de vazamentos, faltam realizar visitas em 97 (noventa e sete) unidades.

A coleta de RSU é importante para a saúde e o meio ambiente no CHSB. Foi identificada a instalação de apenas 3 contentores de resíduos. Este número é pequeno em comparação a produção de lixo de 400 (quatrocentas) UH no Saturnino de Brito. No Brasil uma pessoa produz 1 Kg de resíduos por dia, a produção de resíduos por dia é 1,2 Tonelada no Saturnino. A produção semanal de resíduos é da ordem de 8,4 toneladas por semana. Os contentores dispostos acumulam 3 m³ de resíduos. A coleta dos caminhões deve ser 4 ou 5 vezes por semana.

Outro tema sensível do CHSB foi a inserção de beneficiários elegíveis na solução final que não desejaram habitar no conjunto originário e foi ofertado para os beneficiários do programa unidades habitacionais no CHVA I. Entre os 34 cadastrados com direito ao benefício de UH que após a busca ativa e chamamento público, 29 beneficiários responderam a convocação para terem acesso a uma UH no Residencial, sendo que 25 concluíram os procedimentos burocráticos e fizeram a transferência de moradia.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 15 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)

I.1.2.2 - Saturnino de Brito (habitação + infraestrutura)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 8.524.136,10
Valor Reconhecido	US\$ 8.524.136,10 (reconhecimento realizado em junho/2022)
Status	Concluído
Avanço	
Obras de construção dos pontos comerciais em fase final de construção; atividades de capacitação profissional para o empreendedorismo em realização; o pleno funcionamento do Centro de Referência da Cidadania; obras de infraestrutura urbana em execução para promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade.	

Dificuldades
Dificuldades na ampliação de contentores para coleta de resíduos urbanos e campanha de educação ambiental.
Ação para a Dificuldade
Solicitado à EMLUR a aquisição e disponibilização dos contentores de coleta de resíduos e da SEMAM um plano de educação ambiental.



Figura 13 - Região de Implantação do Residencial Saturnino de Brito

Fonte: Google, (2021)



Figura 14 - Residencial Saturnino de Brito

Fonte: PMJP (2020)

4.2.3. CONJUNTO HABITACIONAL SÃO JOSÉ E INFRAESTRUTURA

Tabela 16 - Conjunto Habitacional São José com Infraestrutura

Produto - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura	
Valor Reconhecido	US\$ 6.807.582,59
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Conjunto Habitacional São José oferece 336 (trezentos e trinta e seis) unidades habitacionais distribuídas em 11 blocos e acarreta melhoria de condições de habitação das famílias beneficiadas.

O Trabalho Social – TTS desenvolvido no pós-ocupação do Residencial São José, acompanhado por meio do PAC- Programa de Aceleração do Crescimento em convênio com Caixa Econômica Federal - CEF, faz parte dos conjuntos habitacionais de contrapartida, no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável. Este conjunto foi entregue aos usuários em dezembro de 2018 e teve contrapartida reconhecida no primeiro semestre de 2020. No plano de ação foram identificadas necessidades relativas a um plano de ação para melhoria da atividade dos comércios, cobertura nos espaços destinados aos veículos, fechamento da rua, a poda de árvores e arbusto nos espaços de convivência do residencial, melhoria da iluminação, coleta de resíduos na APP e controle na criação irregular de animais. Os itens demandados de melhoria dos serviços da poda, iluminação, controle de animais e zeladoria nas áreas de APP melhoraram a qualidade e regularidade no primeiro semestre de 2023.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 17 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura

I.1.2.3 - Conjunto Habitacional São José com infraestrutura	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.807.582,59
Valor Reconhecido	US\$ 6.807.582,59 (reconhecimento realizado em fevereiro/2020)
Status	Concluído

Avanço
Limpeza e manutenção das áreas de APP; instalação de Pomar pela comunidade na área de APP; equalizada as irregularidades no uso das áreas comuns.
Dificuldades
As demandas para solução dos comércios ainda não foram realizadas.
Ação para a Dificuldade
Reunir com as secretarias envolvidas sobre a temática dos comércios no condomínio.



Figura 15 - Região de Implantação do Residencial Novo São José

Fonte: Google, (2021)



Figura 16 - Residencial Novo São José

Fonte: PMJP (2020)

4.2.4. IMPLANTAÇÃO DO RESIDENCIAL VISTA ALEGRE

Tabela 18 - Implantação do Residencial Vista Alegre

Produto - Implantação do Residencial Vista Alegre	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.377.441,10
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

No final do ano anterior foi elaborado e entregue o PERR do Vista Alegre e se obteve o segundo reconhecimento do CHVA.

O monitoramento das ações foi observado nos campos: manutenção do SQR (Sistema de Queixas e Reclamações), elaboração da intervenção da SEDEST junto aos comerciantes e sensibilização para acesso ao microcrédito “Eu Posso”; cadastramento de catadores residentes; visita técnica para elaboração de Projeto preliminar de hortas com programa “Eu posso semear” (SEMAM/SEDEST); curso sobre empreendedorismo para 30 (trinta) alunos de 140 (cento e quarenta) horas em execução.

Atualização do Plano de Ação para planejamento das próximas atividades, as atividades foram programadas por meio de informações prévias, identificando os riscos e oportunidades para atuar de maneira efetiva na melhoria da qualidade de vida do público-alvo.

Um problema recorrente nos conjuntos de contrapartida é a gestão condominial e as dificuldades na continuidade da representação comunitária após a etapa inicial de pós mudança quanto há um entusiasmo perceptível entre os novos moradores. O que se observa é que com o passar do tempo há um esvaziamento na participação da comunidade. Ao se procurar os problemas identificados na gestão dos condomínios se percebe em primeiro lugar a dificuldade de comunicação e da gestão de conflitos entre os moradores associados ao condomínio, como também a dificuldade de acompanhamento e de medidas de promoção da conservação física da estrutura dos equipamentos e estrutura pertencentes ao condomínio e a dificuldade dos síndicos e equipe condominiais com os instrumentos de gestão administrativo e financeiro. Para responder a estes desafios identificados nos quatro condomínios de contrapartida (CH Vista Alegre, São José, Colinas de Gramame e Saturnino de Brito) se entendeu da necessidade de elaborar um termo de referência que possa apoiar a gestão condominial dos 4 Conjuntos Habitacionais de contrapartida e também dos Conjuntos Habitacionais que serão entregues a comunidade do CBR a partir de 2024.

Considerando que os pontos de observação do TS se destacam:

i) a melhoria da mobilidade das famílias e aumento do fluxo do transporte público urbano foi cumprido com o aumento do número de frequência dos ônibus;

ii) a continuidade do atendimento aos alunos do CHVA pela Escola Lúcia Braga e a parceria da escola nas ações de capacitação em empreendedorismo para comunidade continuam com atividades realizadas sobre microcrédito e catadores.

iii) No campo do acesso à saúde a Secretaria de Saúde anunciou a construção de nova unidade de saúde na rua de acesso ao CHVA para responder as demandas do residencial e apesar deste novo equipamento que irá melhorar ainda mais o acesso, se faz necessário enfatizar que a população é atendida pela Unidade Básica de Saúde - UBS do Grotão. O fato relevante deste semestre é que a licitação foi encerrada com sucesso e há Ordem de Serviço do final do semestre de 2023, que foi emitida para início das obras de construção da UBS no Vista Alegre e a empresa contratada foi a TGB Engenharia e Empreendimentos com o contrato nº 10909/2023 em 29/06/2023;

iv) quanto a melhora na coleta seletiva dentro do CHVA se observou com a regularidade mensal das ações de zeladoria e os resíduos depositados nos contentores de RSU em todas as torres do condomínio. No entanto não se verificou atividades de educação ambiental que possam envolver a comunidade e diminuir o descarte irregular de resíduos, nem a possível implantação da horta avançou no seu planejamento no residencial;

iv) no sistema de queixas e reclamações foi observado um aumento do número de queixas por vícios construtivos relacionado a entrega do Vista Alegre IV que foi respondido pela empresa e a demanda de troca de lâmpadas foram atendidas pela SEINFRA;

v) no acesso a oportunidades de trabalho e renda uma ação foi articulada com a SEDEST ações de sensibilização para acesso de comerciantes e autônomos ao microcrédito pela política municipal de microcrédito orientado "Eu Posso" realizada em 23/08/2022. No entanto não houve a publicação de edital específico para o residencial. No entanto, em julho foi aberto um edital de acesso ao microcrédito "Eu Posso" para o município que contemplou 100 (cem) empreendedores. No CHVA, os alunos que finalizaram o curso foram informados e incentivados a se candidatarem. Uma das alunas se mostrou interessada.

vi) Foram realizadas três reuniões de sensibilização com catadores. Em uma delas, além dos catadores de matérias reciclados cadastrados participaram a EMLUR, SEDEST, SEMAH e UEP e ocorreu em 17/04/2023. O assunto da reunião foi sobre a organização de um grupo para participar de um curso sobre sabão ecológico e sobre a constituição de associação de catadores. Para o curso de elaboração do sabão ecológico foram inscritos 12 (doze) catadores e o curso se realizou no final do 1º semestre de 2023. As atividades de formação da associação não avançaram, assim como de ações em torno da implantação de uma horta comunitária. Estas ações estão dentro do previsto no plano de ação dos catadores do Conjunto Habitacional Vista Alegre que foram elaborados em 2022;

vii) Curso sobre empreendedorismo para 30 (trinta) alunos de 140 (cento e quarenta)

horas em execução. Neste caso o curso realizado iniciou com 30 (trinta) alunos e teve a conclusão de 10 (dez) alunos. No primeiro semestre de 2023, o mesmo curso foi ofertado para o CHVA, no entanto as vagas ofertadas para o curso não foram preenchidas com alunos do residencial e por consequência não se iniciou o curso.

- Relatório de Reconhecimento da Contrapartida entregue e aprovado.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 19 - Implantação do Residencial Vista Alegre

I.1.2.4 - Implantação do Residencial Vista Alegre	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.377.441,10
Valor Reconhecido	US\$ 13.943.331,10 (US\$ 7.258.813,79 reconhecido em maio/2023)
Status	Concluído
Avanço	
Em início de construção a Unidade Básica de Saúde do Residencial Vista Alegre; atividades com grupo de catadores – oficina de sabão ecológico. Realizado o reconhecimento da 2ª parte neste 1º semestre de 2023 no valor de US\$ 7.258.813,79.	
Dificuldades	
Falta de recursos financeiros para construir os centros comerciais e baixa capacidade gerencial dos condomínios.	
Ação para a Dificuldade	
Proposta de elaboração de projeto para melhoria da gestão condominial em negociação; retomada do Plano de Ação com as secretarias municipais e autarquias.	



Figura 17 - Região de Implantação do Residencial Vista Alegre
Fonte: Google, (2021)



Figura 18 - Residencial Vista Alegre
Fonte: PMJP (2020)

4.3. SUBCOMPONENTE I.1.3 – MELHORAMENTO DO HABITAT EM ASSENTAMENTOS IRREGULARES VULNERÁVEIS

Será financiado o reassentamento involuntário de famílias em situação de risco em assentamentos irregulares do Complexo Beira Rio (CBR), selecionados pela situação de vulnerabilidade. No CBR serão financiadas, entre outras, as seguintes atividades:

-  (i) projeto urbanístico integral da área;
-  (ii) reassentamento de aproximadamente 840 (oitocentos e quarenta) famílias que vivem em zonas de risco, incluindo desapropriação de áreas para construção de cerca de 675 (seiscentos e setenta e cinco) habitações;
-  (iii) implementação de obras de infraestrutura e/ou equipamento urbano em áreas selecionadas;
-  (iv) elaboração e implementação de um plano de acompanhamento socioeconômico para as famílias beneficiadas, incluindo a criação de um Escritório Local de Gestão (ELO); e
-  (v) regularização cadastral e titulação de propriedades.

Em relação ao Complexo Via Férrea (CVF), com o Pleito de alteração do Contrato de Empréstimo, foram retirados os itens (i) e (ii) que estão abaixo em **negrito**, sendo realizado apenas o item (iii), os itens podem ser observados abaixo:

-  (i) **o projeto urbanístico integral da área;**
-  (ii) **seleção de obras essenciais para prover serviços de infraestrutura básica e/ou equipamento urbano; e**
-  (iii) recuperação socioambiental do Antigo Lixão do Roger.

4.3.1. URBANIZAÇÃO DE ÁREAS SUBNORMAIS NO COMPLEXO BEIRA RIO

Tabela 20 - Urbanização integrada de áreas subnormais do Complexo Beira Rio

Produto - Urbanização integrada de áreas subnormais no Complexo Beira Rio	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 52.202.745,17
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID/PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Complexo Beira Rio – CBR é composto por oito (08) comunidades:

-  Brasília de Palha;
-  Cafofo/Liberdade;
-  Miramar;
-  Tito Silva;
-  Padre Hildon Bandeira;
-  Vila Tambauzinho;
-  Santa Clara; e
-  São Rafael.

Essas Comunidades estão inseridas nos Bairros:

-  Expedicionários;
-  Torre;
-  Miramar;
-  Tambauzinho; e
-  Castelo Branco.

No Complexo Beira Rio há centenas de famílias morando em situação de risco. A área de intervenção caracteriza-se por notável irregularidade fundiária, com a existência de invasões de propriedades privadas e públicas (terras de domínio da União e do Município) e outras provenientes de doação, e ocupação de áreas sujeitas à inundação, inseridas em áreas de Preserva o Permanente – APP e Zona Especial de Preserva o dos Grandes Verdes – ZEP2.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, iniciou conversas junto   CAGEPA para que seja firmado um convênio especificando as mútuas responsabilidades na execu o das obras de esgotamento sanitário e sua futura opera o e manuten o.

O Complexo Beira Rio trata-se de um projeto audacioso, onde serão construídas unidades habitacionais, equipamentos públicos, parque linear e interven es de infraestrutura nas comunidades com serviços de pavimenta o, conten o de encostas, drenagens, esgotamento sanitário, ilumina o pública e outros projetos em paralelo para atender às demandas sociais da região.

Durante o semestre de 2023.1 ocorreu o término da licita o para as Obras nos 3 (três) Lotes para os habitacionais no CBR. Onde os vencedores foram divulgados em 31 de março de 2023, que foram:

- Lote 01: a vencedora foi a CONSTRUTORA LITORAL LTDA, inscrita sob o CNPJ n  02.909.693/0001-65, com proposta no valor total de R\$ 16.767.306,72 (dezesesseis milhões setecentos e sessenta e sete mil trezentos e seis reais e setenta e dois centavos). A empresa será responsável pela constru o do

Conjunto Habitacional no Terreno 01, com três blocos de uso misto, com total de sete pavimentos, totalizando 106 (cento e seis) unidades habitacionais, 03 (três) unidades comerciais e 01 (um) salão para reuniões e eventos condominiais.

- Lotes 02 e 03: a vencedora foi a UCHÔA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 02.909.693/0001-65, com proposta no valor total de R\$ 99.433.630,58 (noventa e nove milhões quatrocentos e trinta e três mil seiscentos e sessenta reais e cinquenta e oito centavos). A empresa será responsável pela construção dos conjuntos Habitacionais e equipamentos comunitários nos Terrenos 02 e 03 do CBR, com um total de 24 (vinte e quatro) blocos de uso misto, com 341 (trezentos e quarenta e uma) unidades habitacionais, 13 (treze) unidades comerciais e 04 (quatro) salas para reuniões e eventos condominiais.

Atualmente não existem obras de infraestrutura no Complexo Beira Rio. A fase atual é de projetos e as atualizações se remetem principalmente a duas frentes: a entrega final dos produtos elaborados pelo Consórcio contratado; e ao licenciamento ambiental prévio das obras.

No que se refere aos produtos entregues pelo Consórcio, foram apresentados os projetos executivos urbanísticos das Comunidades do CBR e Parque Linear, projeto executivo elétrico, projeto de pavimentação, projeto de iluminação, projeto de gerenciamento de resíduos sólidos, projeto executivo de contenção de encostas, projeto de paisagismo, manejo e compensação ambiental; estudos hidrológicos, mudanças climáticas e remoções em área de risco, que estão em fase de ajustes após indicações da UEP e SEMAM.

Com os projetos executivos prontos foram selecionadas três obras de contenção de encostas para serem licitadas e executadas em separado da totalidade das obras de infraestrutura das comunidades, devido as suas características e técnicas de engenharia adotadas.

Uma das intervenções para as obras de infraestrutura de contenção está situada na Comunidade Miramar e utilizará a técnica de solo grampeado, que pode ser executada sem grandes alterações na inclinação do talude. Essa técnica é em uma intervenção menos complexas, as outras duas localizadas na comunidade santa clara, uma no interior da Comunidade que utiliza a técnica de contenção por muro de gabião, e outra em área limítrofe a rodovia federal BR-230 e utilizará a técnica de solo grampeado assim como a intervenção na Comunidade miramar.

Durante o semestre, a UEP foi convocada pelo Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) do estado da Paraíba para tratar da intervenção da barreira na faixa de domínio da BR-230 na Comunidade Santa Clara. Na oportunidade, o Superintendente informou que o órgão tem proposta de intervenção na

área utilizando a mesma técnica, entretanto com dimensões superiores ao projeto elaborado pelo Programa. Após a apresentação do projeto de intervenção do DNIT compreendeu-se que esta traria mais benefício à população. Assim, o DNIT solicitou à prefeitura por meio do Ofício N° 63370/2023/SRE – PB a autorização para execução de Contenções do Km-19 da BR-230/PB. No entanto, foi preciso suspender temporariamente a licitação.

No âmbito do CBR, durante o período deste relatório foram emitidas as Licenças Ambientais Prévias para a construção dos Conjuntos Habitacionais dos Terrenos 02 e 03, ambas em 01 de fevereiro de 2023 e com validade de 02 anos.

Ainda no âmbito do CBR, durante o período deste relatório o consórcio responsável pela elaboração dos projetos de infraestrutura e parque linear, está realizando as adequações solicitadas pela SEMAM nos estudos e projetos, onde em seguida, com o apoio da Gerenciadora foi realizado o requerimento das Licenças Ambientais Prévias das obras de infraestrutura das 8 oito comunidades do CBR.

A seguir podem ser observados os avanços no 1° semestre de 2023 por cada entrega desta intervenção.

Tabela 21 - Consultoria para elaboração do Projeto de Habitação Sustentável

I.1.3.4.4.2 - Consultoria para elaboração do Projeto de Habitação Sustentável	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 544.506,00
Valor Contratado	US\$ 503.735,41
Status	Contrato em execução
Avanço	
Ajustes dos projetos básicos com + 1 Pavimento, realizado e elaboração dos projetos executivos.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 22 - Obras de construção das 565 Unidades habitacionais

I.1.3.1.2.1 - Obras de construção das 565 Unidades habitacionais e dos equipamentos comunitários	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 18.601.563,00
Valor Contratado	US\$ 23.474.936,83
Status	Contrato em execução
Avanço	
<p>Durante o semestre de 2023.1 ocorreu o término da licitação para as Obras nos 3 Lotes para os habitacionais no CBR. As Obras foram contratadas em 3 lotes, uma empresa venceu o lote 1 e outra venceu os lotes 2 e 3.</p> <p>Ordens de Serviço emitidas em maio/2023 e estão em andamento.</p>	
Dificuldades	
Atraso devido período chuvoso.	
Ação para a Dificuldade	
Replanejamento de forma a não interferir na data final de obra.	

Tabela 23 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio

I.1.3.1.1.2.1 - Obras de Contenção no Complexo Beira Rio.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.785.706,08
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
Avanço	
Uma das três contenções será realizada pelo DNIT, logo será necessário abrir novo processo de contratação para as duas contenções que serão realizadas pelo Programa	
Dificuldades	
Resposta por parte da PMJP ao DNIT, autorizando a execução da contenção da barreira da BR 230.	
Ação para a Dificuldade	
Articulação da gestão para resposta ao DNIT.	

Tabela 24 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR.

I.1.3.1.1.2.3 - Obras de Infraestrutura e Urbanização das Comunidades do CBR.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 7.319.031,75
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Durante o semestre o processo passou pelos órgãos de controle, com previsão de publicação de edital para julho/2023.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 25 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR

I.1.3.1.1.2.4 - Obras de Implantação do Parque Linear no CBR.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 14.132.804,23
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
Avanço	
Em fase de planejamento. Previsão de início do processo para agosto/2023.	
Dificuldades	
Elaboração do EVA, conforme previsto pela SEMAM.	
Ação para a Dificuldade	
Alinhamento com a SEMAM para viabilizar celeridade a licença ambiental.	

Tabela 26 - Obras de construção das 110 Unidades habitacionais pelo Reassentamento Rotativo

I.1.3.1.2.2 - Obras de construção das 110 Unidades habitacionais pelo Reassentamento Rotativo (será cancelado as Obras do Rotativo e criada nova linha com nome de Obras de Construção "Vila Santa Clara")	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.234.374,50
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 1º semestre de 2024
Avanço	
<p>Não terá mais a modalidade de Reassentamento Rotativo na Comunidade Santa Clara e sim a construção de um novo conjunto com cerca de 40 unidade habitacionais na Vila Santa Clara.</p> <p>Definição de área para construção na Comunidade do Vila Santa Clara e iniciar alinhamento com Estado para definir área na Comunidade São Rafael.</p>	
Dificuldades	
<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de acesso ao terreno na comunidade Santa clara para fazer sondagem e topografia. - Processo de obtenção de autorização para construir nas áreas identificadas junto a Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP. 	
Ação para a Dificuldade	
<ul style="list-style-type: none"> - Pedido judicial de reintegração de posse, pois a área pertence a CEHAP, com liminar deferindo tal pedido e notificação já realizada ao ocupante. - Contato com a CEHAP, que é titular da área e está disposta a permitir o uso da área pela PMJP com o objetivo de construir unidades habitacionais para beneficiar as famílias da comunidade Santa Clara. 	

4.3.2. REASSENTAMENTO E ATIVIDADES SOCIAIS

Produto - Reassentamento e Atividade Sociais	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.056.204,07
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

Tabela 27 - Reassentamento e atividades sociais

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Complexo Beira Rio – CBR é composto por oito (08) oito comunidades: Brasília de Palha, Cafofo/Liberdade, Miramar, Tito Silva, Padre Hildon Bandeira, Vila Tambauzinho, Santa Clara e São Rafael. Essas Comunidades estão inseridas nos Bairros: Expedicionários, Torre, Miramar, Tambauzinho e Castelo Branco.

No Complexo Beira Rio há centenas de famílias morando em situação de risco. A área de intervenção caracteriza-se por notável irregularidade fundiária, com a existência de ocupações de áreas privadas e públicas (terras de domínio da União e do Município) e outras provenientes de doação, e ocupação de áreas sujeitas à inundação, inseridas em Áreas de Preservação Permanente – APP e Zona Especial de Preservação dos Grandes Verdes – ZEP2.

A população da área apresenta baixo nível de escolaridade, onde de 2063 (duas mil e sessenta e três) pessoas cadastradas, 888 (oitocentos e oitenta e oito) pessoas estão com o ensino fundamental completo, representando 43% (quarenta e três por cento). Os chefes de família na região possuem renda média mensal de R\$ 607,94 (seiscentos e sete reais e noventa e quatro centavos) (Diagnostico Socioeconômico do CBR, 2022).

O Programa João Pessoa Sustentável prevê a contratação empresa para realizar o Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR, que acompanhe e promova as ações de transformações socio-urbanísticas, ambientais e econômicas do Programa no território, com foco nas atividades de reassentamento das famílias atualmente em situação de risco, como também na melhoria geral do bem-estar de toda a população das oito comunidades do CBR.

Em 2021 a Prefeitura de João Pessoa realizou a contratação do Consórcio DEMACAMP – ÂNIMA, em julho/2021 foi dada a Ordem de Serviço para início das suas atividades.

A equipe do Plano de Desenvolvimento Comunitário – PDC é a responsável pela elaboração de um Banco de Dados com as informações de todas as famílias nas comunidades a serem reassentadas. Este levantamento de dados das famílias foi realizado através das visitas nos domicílios após haverem sido selados e estando na poligonal do projeto e na área de risco onde foram cadastrados:

- Todas as pessoas identificadas e cadastradas, dentro do limite de elegibilidade da área de risco, que ocupam os lotes e edificações com indicativo de remoção a partir dos critérios definidos pelo Programa, independentemente de sua condição de regularidade fundiária (regular ou irregular), de sua relação com o imóvel (proprietário, posseiro, ocupantes, locatários);
- Todas as pessoas que tenham suas edificações, independentemente do uso e das condições de ocupação, interditados pela Defesa Civil na comunidade de Santa Clara durante a vigência do Programa, desde que devidamente identificadas e cadastradas pela equipe social;
- Famílias que tenham sido identificadas como convivência involuntária durante o processo de cadastramento.

No segundo semestre de execução, o PDC realizou além dos atendimentos no ELOS, o

de proprietários não residentes após chamamento público.

As compensações previstas que também são fruto do cadastramento socioeconômico e das visitas e conferências posteriores realizadas pela equipe social da contratada indica que no final do primeiro semestre de 2023 há 1.211 medidas de compensação previstas sendo: 788 compensações habitacionais; 365 compensações financeiras; 58 reposições de atividade.

As atividades pertinentes ao eixo das ações de estruturação das atividades sociais os quatro escritórios locais de gestão – ELO, funcionaram em todo o período com as equipes locais que realizaram o atendimento do público beneficiário. Conforme apresentado na revisão da PMR enviada em agosto/2023, o Consórcio realizou 5.207 atendimentos no 1º semestre de 2023, distribuído da seguinte forma:

- Atendimento Individual Remoto: 1.804;
- Atendimento Individual Presencial no ELO: 258;
- Atendimentos telefônicos: 2.876;
- Vistoria ou Atendimento Social Individual na Casa do Beneficiário: 200;
- Atendimento Coletivo em Encontros/Reuniões etc.: 69;

O sistema de queixas e reclamações está em operação nos ELOs pela equipe técnica no campo ou meio virtual e acolheu um nº 32 demandas, o balanço das demandas identificou 26 demandas abertas e 6 concluídas.

A equipe do Plano de Desenvolvimento Comunitário acompanhou empresas interessadas na licitação de obra da contenção de encostas do CBR quando a licitação estava em aberto, através de vistorias com representantes das partes interessadas. Os RAAS/PGAS das obras dos terrenos do Conjuntos Habitacionais foram elaborados e aprovados neste primeiro semestre de 2023.

Uma situação imprevista eclodiu a partir do diálogo comunitário sobre o traçado da adutora no Santa Clara e das galerias pluviais pelas comunidades afetadas que provocou um novo estudo desta trajetória e no caso de Santa Clara um novo traçado que retirou UH das áreas de risco e incluiu outras. A equipe técnica se envolveu na pesquisa e na elaboração de novas formatações de mapas de afetação, e do cadastramento de novas famílias. As questões geradas pelo trajeto da adutora gramame e galeria de águas pluviais foi equacionada em Santa Clara e há outros questionamentos sobre galerias em Pe. Hildon, Miramar e Tito Silva. Em São Rafael as questões são relativas ao traçado da área de risco que inclui casas que interlocutores da comunidade não aceitam os dados técnicos apresentados e reivindicam retirada de trinta (30) unidades habitacionais.

Um ponto de fragilidade identificado no eixo I, estruturação das atividades sociais é a falta da operacionalização do sistema de monitoramento e avaliação que embora aprovado o documento metodológico, não está em operacionalização conforme previsto com as coletas de dados a cada três meses.

Na comunidade de Padre Hildon, os questionamentos são motivados pelo traçado da galeria das águas pluviais, a inclusão das unidades habitacionais na área de risco e a necessidade do reassentamento das famílias. A visita está sendo demandada e novos estudos devem ser elaborados para se verificar a possibilidade de soluções técnicas que diminuam o impacto dentro das áreas de risco onde há divergências. Nas visitas e revisão dos estudos participam as empresas que elaboraram os estudos e os setores envolvidos da administração municipal.

O eixo dois do contrato se concentra na elaboração e desenvolvimento dos Planos Executivos de Reassentamento e Relocalização das 8 comunidades do Beira Rio. O PERR de Santa Clara foi concluído e apresentação em uma Consulta Pública na comunidade e passado por todos os processos necessários de debate, diálogo e transparência. O PERR de Santa Clara foi aprovado no início do 1º semestre de 2023 e realizado a Consulta Significativa do Santa Clara em 13 e abril de 2023. Ainda em torno da elaboração do PERR das outras Comunidades estão em elaboração o da Comunidade de Padre Hildon, Cafofo Liberdade, Brasília de Palha e Miramar que até o momento não foram finalizados e que com os documentos aprovados serão encaminhados para a realização das Consultas Significativas que deve iniciar pelo Cafofo Liberdade e Brasília de Palha em 18/09/23; Vila Tambauzinho e Miramar em 20/09/23; São Rafael em 10/10/23; Padre Hildon Bandeira em 19/10/23; Tito Silva em 26/10/23.

O segundo PERR a ser apresentado e realizado a Consulta Significativa foi o da comunidade de Padre Hildon, que nas três reuniões setoriais para discutir o PERR, os seus interlocutores se mostraram arredios a proposta inicial e questionaram os documentos técnicos que delimitaram a área de risco. Estas atividades deixaram claro a necessidade de uma nova avaliação técnica, reforçar a comunicação social e fortalecer o contato com a comunidade e seus atores.

As medidas de compensação do Santa Clara puderam ser iniciadas com a identificação das famílias que desejam aderir a modalidade da Compra Assistida. Uma outra medida para responder as aspirações da comunidade foi a apresentação da Vila Santa Clara que será um prédio de apartamento dentro da comunidade que poderá abrigar 40 famílias e não será necessário o deslocamento para outra área fora da comunidade. Uma inovação nestas unidades será a possibilidade de construção de unidades habitacionais de uso misto no andar térreo do bloco de apartamentos que irá responder a demanda identificada de unidades habitacionais de uso misto entre os beneficiários.

Na medida compensatória de reassentamento denominada Compra Assistida, com previsão de beneficiar 235 famílias interessadas, as primeiras iniciativas de aquisição estão em elaboração. Até o momento não ocorreu aprovação de laudos elaborados para aquisição de compra assistida. Como possível alternativa para equacionar o problema, será o estudo de novas formas de fluxo que possam garantir ao mesmo tempo a segurança nas medidas indenizatórias e a agilidade nas avaliações das mesmas.

Os entregáveis relativos ao PERR continuar com atrasos e até o final de junho o único PERR aprovado foi de Santa Clara e provoca um atraso geral no calendário das Consultas Significativas por não estarem prontos os documentos para sua apresentação nas comunidades. Este impasse provocou uma demora na realização da segunda consulta e a necessidade da reprogramação das atividades.

Além dos problemas relatados as atividades relativas ao reassentamento das famílias também são fonte geradora de lentidão nos processos como é o caso da adesão das famílias as alternativas de reassentamento que na comunidade de Santa Clara ainda não foi enviada para Coordenação do Programa, apesar de ter sido apresentada na Consulta Significativa.

As medidas de compensação para acontecerem necessitam de uma finalização da busca ativa que iniciaram em janeiro de 2023 e até o final de junho não foi finalizada. Em paralelo a busca pela identificação dos beneficiários das medidas compensatórias é necessário avançar rapidamente com a categorização.

Muito embora haja estudos realizados sobre as indenizações das atividades econômicas os estudos estão aquém da necessidade identificada e precisa haver celeridade na realização dos estudos que possa dar maior clareza de volume e impacto orçamentário.

A gestão das ações pela empresa contratada pode ter uma maior celeridade se houver uma coordenação técnica que esteja integralmente localizada no Município de João Pessoa, a atuação da coordenação de forma híbrida atrapalha o processo de gestão das atividades.

Além dos reassentamentos definitivos que estão sendo identificados na comunidade de Santa Clara, os reassentamentos provisórios gerados de unidades habitacionais dentro da área de risco e em situação de colapso iminente. A inclusão de famílias que vivem em áreas de risco eminente continuou a ser objeto de inclusão nos reassentamentos provisórios – aluguel emergencial e o atendimento destes casos está em 84 famílias incluídas.

O reassentamento provisório até o momento é motivado pelas UH em situação de risco eminente de colapso e que são demolidas após a saída. O trabalho de demolição tem sido por vezes um desafio devido as dificuldades relativas ao acesso aos imóveis e as condições de retirada do material demolido. O plano de demolição na comunidade Tito Silva, incluiu 11 lotes e na Santa Clara, 2 lotes e o nº de demolições realizadas neste semestre foi de 19 UH. As medidas de controle de ocupação estão em execução e um regulamento foi estabelecido

e suas regras foram divulgadas em placas nas comunidades me local de circulação. No monitoramento mensal se constatou infrações motivadas por construções, melhorias/ampliações, vendas, locação/cessão, reocupação após cadastro e desocupação após cadastro. As infrações identificadas nas 8 comunidades são no total de 56.

No primeiro semestre de 2023, o Consórcio finalizou e entregou o Plano de Desenvolvimento Territorial (PDT) com seis eixos estruturadores que são: saúde, bem-estar e memória; igualdade e inclusão social e de gênero; território e meio ambiente; educação, trabalho e qualificado e seguro; edital de fomento e projetos comunitários; melhorias habitacionais.

Tabela 28 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do PDC no CBR

I.1.3.2.1.1 - Contratação de Empresa Especializada para Implantação do Plano de Desenvolvimento Comunitário do CBR	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.600.000,00
Valor Contratado	US\$ 2.250.047,93
Status	Em execução
Avanço	
<ul style="list-style-type: none"> - Realização da Consulta Significativa da comunidade Santa Clara. - Aprovado o PERR de Santa Clara. - Continuidade dos atendimentos nos 4 ELOS. - Aprovado o PDT e atividades de cadastramento de mão de obras e inserção no mercado de trabalho (IMO) das obras de construção civil realizadas. - Início das compensações com a Compra Assistida. 	
Dificuldades	
<ul style="list-style-type: none"> - Os limites da área de risco na comunidade de São Rafael são questionados pela comunidade; - Os limites da área de risco na comunidade de Padre Hildon são questionados pela comunidade; - O fluxo dos processos para conclusão das Compras Assistidas. 	
Ação para a Dificuldade	
<ul style="list-style-type: none"> - Vistoria das áreas questionáveis com comissão da comunidade de São Rafael. - Analisar e dialogar com comunidade de Pe. Hildon os pontos de divergência e sendo possível propor ajustes. - Analisar e propor alterações para resolução do fluxo da Compra Assistida. 	

4.3.3. RECUPERAÇÃO DO ANTIGO LIXÃO DO ROGER

Tabela 29 - Recuperação do Antigo Lixão do Roger

Produto - Recuperação do Antigo Lixão do Roger	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 13.055.248,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID/PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O Antigo Lixão do Roger foi utilizado por aproximadamente 50 (cinquenta) anos como um local de deposição inadequada de resíduos sólidos oriundos da coleta domiciliar e de limpeza urbana de João Pessoa e outras cidades do entorno. O Lixão do Roger foi encerrado em 2003 e os monitoramentos realizados após essa data indicam contaminação das águas subterrâneas, sendo ele um dos possíveis responsáveis por essa situação. A proximidade com Comunidades locais e passivo ambiental identificado indicam a necessidade de direcionamento correto quanto ao seu encerramento, que envolvem atividades de descontaminação e recuperação da área. O Projeto de Recuperação do Antigo Lixão do Roger prevê ainda a instalação de um Parque Socioambiental do Roger, instituindo um novo uso para a área.

Os estudos relacionados a área, iniciados em outubro de 2021. Durante o período deste relatório foram entregues pelo consórcio Terra & Promon os Produtos finais estabelecidos no contrato. O Produto 06 refere-se ao projeto executivo de recuperação ambiental do Antigo Lixão do Roger e o Produto 07 se refere ao projeto urbanístico do Parque Socioambiental. Entretanto, após análise da Gerenciadora, identificou-se que os mesmos não apresentaram nível de detalhamento suficiente para o início do processo licitatório das obras. A análise pautou-se nos seguintes documentos:

- Projeto de Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger;
- Memorial Descritivo Justificado enviado em 18-01-23;
- Planilha orçamentária enviada em 18-01-23;
- 17 (dezessete) pranchas enviadas em 26-01-23;
- Projeto de tratamento de lixiviados do Roger 001;
- 08 (oito) pranchas enviadas o Memorial Descritivo Justificado do Projeto elétrico;
- Orçamento referente ao projeto elétrico;
- Projeto de Urbanização do Parque Socioambiental do Roger;

- Memorial Descritivo Justificado;
- 15 (quinze) pranchas enviadas em 13-03-23;
- Planilha orçamentária enviada em 14-03-23;
- Termo de Referência da Consultoria;
- Lei nº 14.133/20212;
- GN 2349/50;
- ABNT NBR 16636-2:20173.

Desde então, foram realizadas reuniões de alinhamento com o Consórcio para adequação dos arquivos enviados.

No que se refere ao requerimento de Análise de Viabilidade Técnica para o co-tratamento de lixiviados na ETE da CAGEPA, houve manifestação da Diretoria de Expansão – DEX, que alegou inicialmente que o lançamento de tal efluente poderia ser prejudicial à técnica de tratamento adotada. Diante essa análise, informou que não poderia receber o efluente coletado pela rede perimetral de drenagem projetada pelo consórcio. Porém, pelas características dos lixiviados apresentados após coleta e análises realizadas pela Terra & Promon, foi realizada nova reunião no dia 21 de março de 2023 entre os especialistas do Consórcio e da CAGEPA para novos esclarecimentos.

Após sanar as dúvidas técnicas, a CAGEPA fará a contraprova dos lixiviados para atestar sobre a capacidade de co-tratamento na ETE do Baixo Roger. Para tanto, haverá nova coleta e análise das amostras em campo e nova análise do Relatório Técnico dos Lixiviados a ser enviado pelo Consórcio.

Durante o período deste relatório, a UEP realizou o lançamento do edital no processo de licitação da primeira fase das obras de Recuperação Ambiental do Antigo Lixão do Roger, com prazo para recebimento de propostas até dia 04/08/2023.

Neste período a CAGEPA realizou visita técnica a campo para identificação dos pontos de coleta onde serão realizados as contraprovas. A previsão é a realização dos ensaios de campo até agosto de 2023, realizada a partir de uma contratação específica.

Quanto ao Plano de Gestão do futuro Parque Socioambiental do Roger, foi realizada a construção da minuta de forma integrada, com a colaboração dos Órgãos Municipais Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana – EMLUR, Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDEST, Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES, Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação - SEJER, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMAM. Diante disso, foram disciplinados no documento o objeto, a justificativa do Plano, a descrição das ações conjuntas entre os Órgãos

Municipais, a administração do Parque (dividida em geral e setorial), os efeitos do Parque tanto positivos quanto negativos, a administração financeira (geral e setorial), os equipamentos que serão objeto de concessão e, por fim, o cronograma das ações.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 30 - Desapropriação/Indenização da área do antigo Lixão do Roger

I.1.3.4.1.2 - Desapropriação/Indenização da área do Antigo Lixão do Roger	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 982.802,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Notificação e apresentação documental dos ocupantes/foreiros (início do fluxo para desapropriação), sendo identificadas pela SPU fragilidades dos documentos apresentados	
Dificuldades	
(1) Há um foreiro que manifestou intuito em judicializar; (2) morosidade no fluxo para elaboração do relatório de avaliação do domínio útil para fins de indenização	
Ação para a Dificuldade	
Acompanhar fluxo da indenização junto à SPU, que já informou que mesmo havendo contestação, o processo de cessão não onerosa será concedido (previsão de assinatura para setembro, sendo prioritário na SPU PB e SPU Brasília, facilitado pela entrada gratuita do Parque).	

Tabela 31 - Consultoria para elaboração dos projetos para o Antigo Lixão do Roger

I.1.3.4.1.1 - Consultoria para elaboração dos projetos básicos e executivos para remediação do Antigo Lixão do Roger	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 266.198,00
Valor Contratado	US\$ 210.720,95
Status	Concluído
Avanço	
Finalização do Projeto de Recuperação Ambiental.	
Dificuldades	
Atrasos para finalização dos Produtos 6 (Projeto Executivo da Recuperação Ambiental) e 7 (Projeto Socioambiental).	
Ação para a Dificuldade	
Acompanhar e esclarecer as atualizações solicitadas junto ao Consórcio.	

5. COMPONENTE I.2 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Este componente tem como objetivo apoiar o governo municipal na modernização dos instrumentos de gestão e na prestação de serviços públicos e ampliar a arrecadação tributária. Os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

5.1. SUBCOMPONENTE I.2.1 – MELHORAMENTO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA

Será financiada:

-  (i) a implementação de um novo modelo de gestão da arrecadação e dos contribuintes;
-  (ii) a atualização do cadastro de valores imobiliários;
-  (iii) a implementação de um novo modelo de gestão de contribuintes, de cobrança e um sistema de administração tributária, de programa de inteligência e de educação fiscal.

5.1.1. PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Tabela 32 - Planta PGV atualizada

Produto - Planta PGV	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.074.750,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

São ferramentas que irão agilizar a política tributária municipal, irão otimizar e planta de valores imobiliários.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 33 - Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV

I.2.1.2.2 - Serviço para atualização da Planta Genérica de Valores - PGV	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 3.726.000,00
Valor Contratado	US\$ 3.661.625,00
Status	Em execução, conclusão prevista para o 2º semestre de 2023
Avanço	
Foram elaboradas para uso da PMJP, o observatório Imobiliário de João Pessoa e o Geoportal do ITBI. As demais entregas da PGV seguem em andamento para que tudo seja concluído no segundo semestre de 2023.	

Dificuldades
Não se aplica.
Ação para a Dificuldade
Não se aplica.

5.1.2. NOVO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Tabela 34 - Novo sistema de administração tributária

Produto - Novo sistema de administração tributária	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.837.834,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A fábrica de software servirá para comercializar este programa, que poderá ser usado em outras gestões, pois será desenvolvido pela prefeitura de João Pessoa e trará retorno financeiro ao erário.

A seguir podem ser observados os avanços desta intervenção.

Tabela 35 - Solução Integrada de Gestão Tributária

I.2.1.4.1 - Solução Integrada de Gestão Tributária	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.837.834,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Em janeiro de 2023, ocorreram visitas técnicas de empresas para avaliação e proposta de ajuste de escopo para o ETP e TR. Após as visitas foram feitas as revisões do ETP, TR e em seguida a elaboração do orçamento. Em junho/2023 o processo foi enviado para os órgãos de controle para em seguida poder ser enviado para a fase externa.	
Dificuldades	
Mudança de escopo do ETP e TR; conciliar o agendamento de visita técnica das empresas para reavaliar a mudança de escopo e propor novos ajustes aos documentos; A Prefeitura aderiu a Nota Fiscal Nacional.	
Ação para a Dificuldade	
Ajustar o ETP e o TR com a regulamentação sobre a adesão da PMJP para a Nota Fiscal eletrônica nacional; receber os relatórios técnicos das empresas, com as contribuições de melhorias no ETP e TR.	

5.1.3. DATA CENTER

Tabela 36 - Data Center

Produto - Data Center	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.789.658,08
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Execução de Obras, Aquisição de Infraestrutura do Data Center, de Equipamentos de Informática e Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de Tecnologia da Informação.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 37 - Aquisição de Infraestrutura Data Center

1.2.1.6.2 - Aquisição de Infraestrutura (Sala Segura) e Equipamentos de Informática para o Data Center.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 4.101.250,00
Valor Contratado	US\$ 3.761.904,76
Status	Em execução
Avanço	
Ordem de Serviço emitida em dezembro/2022. Recebimento de 2 (duas) Salas Segura e início dos procedimentos de instalação no CAM e CCC, instalação dos equipamentos de apoio (refrigeração, incêndio, energia, etc.) à Sala Segura, recebimento dos equipamentos de tecnologia e posterior treinamento.	
Dificuldades	
Ocorreu atraso na entrega dos equipamentos e a empresa solicitou faturar pela filial, ao invés da Matriz (vencedora da licitação).	
Ação para a Dificuldade	
Reuniões com o Coord. temático, Gerenciadora, Coord. Geral, CEL e Coord. Financeira sobre o impacto no atraso do desembolso planejado e as complicações contratuais sobre esta dificuldade mencionada. Em maio/2023 foi realizado aditivo no contrato, de prazo e de alteração de CNPJ, possibilitando o faturamento pela filial.	

Tabela 38 - Serviços de adequação da rede elétrica, lógica e civis da infraestrutura física, instalação de software, suporte técnico e treinamento para o Data Center.

I.2.1.6.6 - Serviços de adequação da rede elétrica, lógica e civis da infraestrutura física, instalação de software, suporte técnico e treinamento para o Data Center.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 635.000,00
Valor Contratado	US\$ 380.952,38
Status	Em Execução
Avanço	
Ordem de Serviço emitida em dezembro/2022.	
Recebimento de 2 (duas) Sala Segura e início dos procedimentos de instalação no CAM e CCC, instalação dos equipamentos de apoio (refrigeração, incêndio, energia, etc.) à Sala Segura, recebimento dos equipamentos de tecnologia e posterior treinamento.	
Dificuldades	
Ocorreu atraso na entrega dos equipamentos e a empresa solicitou faturar pela filial, ao invés da Matriz (vencedora da licitação).	
Ação para a Dificuldade	
Reuniões com o Coord. temático, Gerenciadora, Coord. Geral, CEL e Coord. Financeira sobre o impacto no atraso do desembolso planejado e as complicações contratuais sobre esta dificuldade mencionada. Em maio/2023 foi realizado aditivo no contrato, de prazo e de alteração de CNPJ, possibilitando o faturamento pela filial.	

5.2. SUBCOMPONENTE I.2.2 – MELHORAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Este subcomponente financiará as seguintes atividades:

-  (i) apoio à reestruturação organizacional de órgãos municipais vinculados ao Programa;
-  (ii) capacitação dos servidores públicos municipais, no âmbito da implementação da escola de governo;
-  (iii) modernização da gestão patrimonial;
-  (iv) aperfeiçoamento do sistema de gestão financeira e contábil municipal;
-  (v) melhoramento da gestão das compras municipais;
-  (vi) implementação de uma gestão financeira focada na melhoria dos gastos;
-  (vii) melhoramento do planejamento e gestão da assistência social;
-  (viii) implementação de modelo de atuação da defesa civil municipal;
-  (ix) aperfeiçoamento do sistema de serviços e segurança na área da tecnologia da informação;
-  (x) implantação de data center; e
-  (xi) implantação de uma sala segura que cumpra com estândares de segurança internacionais.

5.2.1. SECRETARIAS COM PLANO DE REESTRUTURAÇÃO

Tabela 39 - Secretarias com plano de reestruturação

Produto - Secretarias com plano de reestruturação	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 6.678.419,47
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Execução de Obras, Aquisição de móveis e utensílios, de equipamento, de equipamentos para a Secretaria de Meio Ambiente, de equipamentos para laboratório da Secretaria de Meio Ambiente, Software para elaboração de projetos de engenharia para a Prefeitura Municipal de João Pessoa, Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos, Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita, Consultoria para desenvolvimento de modelos de gestão, para atualização de processos, para desenvolvimento de banco de dados, para desenvolver modelos de gestão, para o desenvolvimento de sistema, em gestão administrativa, Capacitação de fiscais e técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, Aquisição de equipamentos de informática e softwares, Locação de imóveis, - Aquisição de equipamentos de informática e softwares para a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), para a Secretaria de Administração (SEAD), para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), para a Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM), para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDES) e para a Defesa Civil.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 40 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA)

I.2.2.1.1 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) que permita o fluxo de veículos, máquinas e equipamentos.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 350.000,00
Valor Contratado	US\$ 323.346,10
Status	Contrato em Execução
Avanço	
Fase de recebimento de propostas foi encerrado em janeiro/2023, a análise das propostas ocorreu até março/2023 e foi assinado o contrato em maio/2023. Ainda no mês de maio foi emitida a Ordem de Serviço para a empresa MVP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, com o contrato assinado no valor de R\$ 1.600.563,19.	
Dificuldades	
Não aplicável.	

Ação para a Dificuldade
Não aplicável.

Tabela 41 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Gestão Governamental

I.2.2.1.2 - Adequação de espaços físicos da Secretaria de Gestão Governamental (SEGGOV).	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 250.944,76
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
No primeiro semestre de 2023 foi iniciado a elaboração dos projetos de engenharia para fundamentar a elaboração do TR e Orçamento a serem feitos em seguida.	
Dificuldades	
Não aplicável.	
Ação para a Dificuldade	
Não aplicável.	

Tabela 42 - Aquisição de equipamento para o setor de veterinária do Zoológico

I.2.2.1.4 - Aquisição de infraestrutura de fiscalização e controle para a Secretaria de Meio Ambiente	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 93.750,00
Valor Contratado	US\$ 14.988,33
Status	Contrato em execução
Avanço	
Realizado o Pregão em novembro/2022, porém apenas alguns equipamentos tiveram propostas completas e compatíveis. Estes itens foram homologados em dezembro/2022 e assinado o contrato dos itens que deram certo em março/2023.	
Previsão de lançamento do novo certame com os equipamentos que não foram adquiridos para o 2º semestre de 2023 na nova linha do PA 2.39, PEP I.2.2.1.30.	
Dificuldades	
Empresas licitantes não apresentaram propostas técnicas detalhadas de determinados itens do certame.	
Ação para a Dificuldade	
Realização de um novo certame.	

Tabela 43 - Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita

I.2.2.1.8 - Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.032.106,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Elaboração do TR e orçamento estimativo estão sendo conduzidos pela Unidade Municipal de Tecnologia da Informação- UMTI. Para em seguida poder seguir para as próximas etapas do processo.	
Dificuldades	
Não aplicável.	
Ação para a Dificuldade	
Não aplicável.	

Tabela 44 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque

I.2.2.1.12 - Consultoria para realizar estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque (BICA)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 207.500,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Em março/2023 foi formada a lista curta, em seguida o processo foi enviado para análise dos órgãos de controle, onde em maio/2023 foi enviada a Solicitação de propostas (SDP) para as empresas, com previsão de em julho/2023 ser iniciada a análise das propostas.	
Dificuldades	
Tempo de resposta por parte da comissão fiscal.	
Ação para a Dificuldade	
Foram realizadas com a comissão fiscal várias reuniões, com objetivo de esclarecer todas as dúvidas em relação aos relatórios utilizados e as fases do processo.	

Tabela 45 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque

I.2.2.1.28 - Aquisição de Equipamentos para a Secretaria de Comunicação (SECOM) da Prefeitura Municipal de João Pessoa.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 370.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Termo de Referência em elaboração pela Gerenciadora e posteriormente a realização do Orçamento estimativo.	
Dificuldades	
Dificuldade das secretarias (SECOM/TV CIDADE) em relacionar lista de equipamentos e compatibilizar com valores do Plano de aquisição.	
Ação para a Dificuldade	
Verificação dos itens por parte da Coordenação de Fortalecimento da Gestão e Assessoria de Comunicação do Programa e foram feitos ajustes nos quantitativos, adequando ao valor disponível.	

Tabela 46 – Realização de estudo e redefinição do modelo de gestão do Zooparque

I.2.2.1.29 - Consultor Individual para realização de diagnóstico dos processos de trabalho na PMJP	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 90.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Em abril/2023 foram finalizados o TR e Orçamento, em seguida o processo foi enviado para análise dos órgãos de controle. Edital com previsão de lançamento para julho/2023.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

5.2.2. ESCOLA DE GOVERNO EAD (ENSINO À DISTÂNCIA)

Tabela 47 - Escola de Governo EAD

Produto - Escola de Governo EAD	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 968.750,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Consultoria para elaboração da proposta pedagógica da Escola de Governo e Gestão Pública e definição modelo de EAD, para elaboração do Plano de Capacitação do Município, Execução do Plano de Capacitação do Município, Aquisição de equipamentos de informática e softwares para a Escola de Governo (EAD).

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 48 - Consultoria para Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município

1.2.2.2.1 - Consultoria para elaboração da proposta pedagógica da Escola de Governo e o Plano de Capacitação do Município.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 143.750,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
De janeiro a março de 2023 o processo estava em análise pelos órgãos de controle. O envio da SDP foi feito ainda em mar/2023, cumprindo a meta de Revisão de Carteira do semestre. Ao término do semestre o processo encontrava-se ainda nas análises das propostas.	
Dificuldades	
Tempo de resposta por parte da comissão fiscal.	
Ação para a Dificuldade	
Foram realizadas com a comissão fiscal várias reuniões, com objetivo de esclarecer todas as dúvidas em relação aos relatórios utilizados e as fases do processo.	

5.2.3. MODELO DE GESTÃO DE COMPRAS MUNICIPAIS

Tabela 49 - Modelo de Gestão de Compras Municipais

Produto - Modelo de Gestão de Compras Municipais	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ -
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Contratação de empresa especializada visando à digitalização de todos os arquivos físicos que tramitam no setor de licitação, aperfeiçoando, deste modo, o banco de dados da Prefeitura, inerente a esta matéria.

Neste início do semestre de 2023.1 a Secretaria de Administração (SEAD) informou por meio do Memorando Interno 4.030/2023, que consta como Anexo I, à Coordenação de Fortalecimento da Gestão que já está implantando um Modelo de Gestão de Compras e que a aquisição do Plano de Aquisições de serviços de digitalização, a secretaria entende como não necessário devido a implantação do 1Doc.

5.2.4. SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL

Tabela 50 - Sistema de Gestão financeira e contábil

Produto - Sistema de Gestão financeira e contábil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.057.463,45
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Aquisição de equipamentos novos e modernos, como também a otimização dos processos contábeis por meio de um novo sistema orçamentário financeiro que seja eficiente à Prefeitura.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 51 - Contratação para desenvolvimento do Sistema financeiro e contábil

I.2.2.6.2 - Contratação para implantação e desenvolvimento do Sistema financeiro e contábil.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.968.088,45
Valor Contratado	US\$ 1.968.088,45
Status	Concluído
Avanço	
Concluído em fevereiro/2023.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

5.2.5. SISTEMA DE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL

Tabela 52 - Sistema de atuação da Defesa Civil

Produto - Sistema de atuação da Defesa Civil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 900.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação do órgão municipal de Defesa Civil, para que esteja preparado para o trabalho quando houver necessidades emergenciais, como grandes incidentes, inundações, enchentes, incêndios etc. Assim podendo dar uma resposta mais rápida aos pedidos de auxílio e atuar na prevenção a esses incidentes.

Este item possui relação com a contratação do Consultor Individual para o Plano de Risco e Desastres, onde uma das suas atividades no plano de trabalho será o levantamento e detalhamento dos equipamentos pertinentes a este item. Adicionalmente, o consultor irá elaborar um diagnóstico das atividades e estrutura da defesa civil, além de capacitar a equipe técnica para acompanhar a execução do Plano de Riscos e Desastres.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 53 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil

I.2.2.7.1/ 2.2.7.3 - Aquisição de equipamentos para Defesa Civil	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 800.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
No semestre o processo teve seu lançamento de edital em março/2023, alguns dos equipamentos deram certo, os contratos foram assinados em abril/2023 e a Ordem de Serviço emitida em junho/2023. Para o 2º semestre de 2023 será feita revisão no TR para aquisição dos equipamentos que deram fracasso no certame anterior para ser feito novo orçamento e novo processo de contratação.	
Dificuldades	
Definição pela equipe técnica da Defesa civil.	
Ação para a Dificuldade	
Reunião com equipe técnica da defesa civil, Consultor Mário Jorge, Gerenciadora e Coordenação de Fortalecimento da Gestão para dirimir todas as dúvidas em relação as especificações dos equipamentos que irão ser licitados.	

5.2.6. INFRAESTRUTURA FÍSICA DE TI APERFEIÇOADA

Tabela 54 - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada

Produto - Infraestrutura física de TI aperfeiçoada	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 150.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação da TI da Prefeitura, com equipamentos novos, capacitação dos colaboradores que atuam nessa área e a implantação de um cabeamento bem estruturado.

Neste Produto do Componente I.2, a Coordenação de TI está analisando o cancelamento do item de capacitação, visto que na entrega da contratação da Rede Lógica (I.2.2.1.8 - Serviços de adequação da rede elétrica e lógica nas secretarias da Administração e Receita) está prevista a realização da capacitação, desta forma pode ser realizado o cancelamento da linha "I.2.2.8.2 - Capacitação em gerenciamento de rede e implantação de cabeamento estruturado."

Não houve evolução física nas demais aquisições deste produto no decorrer do 1º semestre de 2023.

5.2.7. SISTEMA DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA IMPLANTAÇÃO DE FIREWALL NA PMJP

Tabela 55 - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP

Produto - Sistema de Serviços de monitoramento e segurança para implantação de um firewall na PMJP	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 228.125,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estruturação da segurança aos servidores, programas e arquivos dos computadores da Prefeitura.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 56 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática

I.2.2.9.2 - Consultor para elaboração do Plano Diretor de Informática.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 109.375,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Em janeiro/2023 o processo estava em análise pela CGM, após a volta foram feitos alguns ajustes no TR que implicaram em realização de nova orçamentação. Em seguida foram feitos novos ajustes no TR que necessitaram de atualização do orçamento, no final de junho/2023 foi solicitado atualização do orçamento à gerenciadora.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6. COMPONENTE II – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

6.1. SUBCOMPONENTE II.1 – UEP E AUDITORIA

Trata-se da criação da Unidade Executora do Programa (UEP), seu funcionamento e a contratação de uma empresa consultoria especializada em gestão de projetos para apoiar o gerenciamento dos distintos componentes da operação, incluindo a supervisão de todas as obras de infraestrutura e equipamento urbano. Neste Subcomponente também são contratados serviços de consultoria para avaliação, assim como a auditoria externa contábil financeira e a implementação do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS). Os itens estão organizados segundo ordem do Plano de Execução Plurianual (PEP).

6.1.1. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ

Tabela 57 - Apoio ao Gerenciamento PJ

Produto - Apoio ao Gerenciamento PJ	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Este item atua no apoio técnico e gerencial à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 58 - Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA)

II.1.1.2 - Apoio ao Gerenciamento do Programa (GERENCIADORA)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Valor Contratado	US\$ 2.012.633,48
Status	Em execução

Avanço
<p>A Gerenciadora tem atuado diretamente junto à UEP em reuniões com discussões sobre o andamento do Programa em todas as áreas e estratégias que melhorem o seu avanço. A Gerenciadora também trabalha na elaboração de Termos de Referência, Orçamentos, Relatórios de Progresso do Projeto, Emissão de Parecer, Participação como formador em oficinas de capacitação, Revisão de orçamentos, rituais de monitoramento do programa, entre outras atividades.</p> <p>A contratação da Especialista Social e das quatro assistentes sociais estava em fase final de recrutamento e seleção, com a previsão de contratação para o início de agosto/2023.</p> <p>As atividades da Gerenciadora são monitoradas por meio de relatórios mensais que relatam as atividades desenvolvidas e entregas, em conjunto com os documentos de oficialização.</p>
Dificuldades
Não se aplica.
Ação para a Dificuldade
Não se aplica.

6.1.2. APOIO AO GERENCIAMENTO PJ FINANCEIRO

Tabela 59 - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro

Produto - Apoio ao Gerenciamento PJ Financeiro	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.209.791,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

O sistema de informação financeira permite o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e de outros relatórios relacionados com os recursos do empréstimo e de outras fontes de financiamento.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 60 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)

II.1.2.1 - Apoio ao Gerenciamento do Programa Financeiro (SISTEMA FINANCEIRO)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 500.000,00
Valor Contratado	US\$ 388.214,53
Status	Em execução

Avanço
Contrato em execução em conformidade com o previsto.
Dificuldades
Não se aplica.
Ação para a Dificuldade
Não se aplica.

6.1.3. CONSULTORES INDIVIDUAIS

Tabela 61 - Consultores individuais

Produto - Consultores individuais	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 443.209,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Estes consultores possuem o objetivo de prover à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa o apoio técnico e gerencial.

Conforme previsto e observado abaixo, houve avanço apenas para o consultor do CCC.

Tabela 62 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de implantação do CCC

II.3.1.3.5 - Consultor Individual de apoio a UEP nas atividades de implantação do CCC - Segunda Etapa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 75.000,00
Valor Contratado	US\$ 74.051,00
Status	Em execução
Avanço	
Termo de Referência do Centro Cooperação da Cidade de João Pessoa – CCC consolidado em maio/2023.	
Dificuldades	
Necessidade de alinhamento para definição do objeto a ser contratado.	
Ação para a Dificuldade	
Reuniões com o Consultor individual para fazer revisões técnicas para implementação do CCC.	

6.1.4. EQUIPE LOCAL

Tabela 63 - Equipe local

Produto - Equipe local	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.923.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	PMJP

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Equipe da Prefeitura Municipal de João Pessoa, responsável pela execução do programa. Equipe composta pelas Coordenações: Geral, Executiva, de Tecnologia da Informação, Administrativo e Financeiro, de Desenvolvimento Urbano Sustentável, do Centro de Cooperação da Cidade, de Aspectos Ambientais, de Aspectos Sociais e do Fortalecimento da Gestão Pública. Esta Equipe conta ainda com os Assessores Jurídico, de Comunicação e Técnica, como também da Comissão Especial de Licitação.

Tabela 64 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa

II.3.1.4.1 - Equipe Local da Unidade Executora do Programa.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.923.000,00
Valor Reconhecido	US\$ US\$ 1.554.653,20 (valor reconhecido acumulado, sendo US\$ 404.467,81 reconhecido em 2023)
Status	Em execução
Avanço	
Realização de reuniões contínuas com demais secretarias da PMJP para planejamento das contratações e com os fornecedores já contratados, para garantir que as metas do Programa sejam alcançadas. Conforme descrito no Capítulo 1, ocorreram alterações e adições de profissionais na equipe da Unidade Executora do Programa.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.1.5. SUPERVISÃO DE OBRAS

Tabela 65 – Supervisão de Obras

Produto - Supervisão de Obras	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A Supervisora de Obra da Execução do Programa tem como objetivo prover à UEP e demais órgãos envolvidos na execução do Programa o apoio técnico e gerencial no âmbito da supervisão técnica, ambiental e social das obras e projetos de infraestrutura executados. Apresentar relatórios sucintos sobre o avanço das obras para serem discutidos nas reuniões programadas.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 66 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia

II.2.1.1 - Consultoria em Supervisão de Obras e Serviços de Engenharia	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 2.500.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para o 2º semestre de 2023
Avanço	
Em janeiro/2023 o processo passou pela 1ª Não Objeção do BID e teve a SDP publicada em fevereiro, com recebimento até março. Após análise das propostas foi enviado para a 2ª Não Objeção do BID em abril. Em maio foram iniciadas as análises das propostas financeiras e ao término do semestre ainda estavam em andamento.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.2. SUBCOMPONENTE II.2 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Este subcomponente financiará as atividades relacionadas as auditorias para avaliação do Programa.

6.2.1. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Tabela 67 - Monitoramento e Avaliação - Componente I e Componente II

Produto - Monitoramento e Avaliação - Componente I e Componente II	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 469.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Consultoria para Monitoramento e Avaliação do Programa em seu período intermediário e final, conforme previsto no Contrato de Empréstimo, itens 2.09 e 3.01.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 68 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa

II.3.1.3.2 - Consultor Individual para realizar a avaliação intermediária do Programa	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 134.104,00
Valor Contratado	US\$
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Termo de Referência e orçamento finalizado em março/2023. Realizada dotação e em seguida encaminhado para os Órgãos de Controle, onde estava em avaliação pela CGM ao término do semestre.	
Dificuldades	
Atraso na análise dos órgãos.	
Ação para a Dificuldade	
A Coordenação alinhou junto ao Prefeito da urgência nos processos da UEP e eles começaram e ser enviados em paralelo aos dois órgãos (PGM e CGM) para haver maior agilidade.	

6.3. SUBCOMPONENTE II.3 – PROGRAMA DO MGAS

Atendendo ao Marco de gestão Ambiental e Social (MGAS), este subcomponente financiará as seguintes atividades:

6.3.1. TRABALHO SOCIAL

Tabela 69 - Programas 4,5,14 e 15 do MGAS

Produto - Trabalho Social (Programas 4,5,14 e 15 do MGAS)	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 337.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Contratar Empresa Especializada para Execução de Trabalho Social nas intervenções que serão realizadas no Antigo Lixão do Roger com foco nas atividades de implantação do Programa de Comunicação Social e Gestão de Queixas, Programa de Educação Ambiental e Sanitária, Programa de Controle e Mitigação de Impactos Econômicos Temporários e Serviços e Mecanismos de Consulta Significativa (Programas 4, 5, 14 e 15 do MGAS).

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 70 - Contratação de Empresa Especializada para Trabalho Social

II.3.3.1.1 - Contratação de Empresa Especializada para execução do trabalho social do Antigo Lixão do Roger.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 337.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
TR finalizado em março/2023 e orçamento em abril. Em maio foi enviado para os órgãos de controle, onde ao fim do semestre estava em análise pela PGM.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.3.2. INTERVENÇÕES NO RIO JAGUARIBE

Tabela 71 - Programa de Mitigação de Acúmulo de Lixo e Sedimentos no Rio Jaguaribe

Produto - Intervenções no Rio Jaguaribe	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 1.323.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Avaliar os possíveis impactos negativos decorrentes das obras do Complexo Beira Rio sobre a qualidade da água e sobre a comunidade afetada, além de monitorar as variações na qualidade da água, face às melhorias incorporadas. Essas atividades visam tornar o ambiente compatível com o uso público, possibilitando assim a implantação do Parque Linear do Jaguaribe.

Para potencializar os efeitos positivos das ações do Programa e evitar efeitos negativos ligados ao acúmulo de lixo nas áreas de APP do Rio Jaguaribe, serão realizados o Projeto de Desassoreamento e Serviço de Desassoreamento do Rio Jaguaribe, voltados à recuperação do calado das calhas do Rio.

No âmbito do Rio Jaguaribe há duas aquisições em andamento: (1) Projeto de Desassoreamento do rio Jaguaribe; e (2) Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do Rio Jaguaribe. Ambas seguem o método de seleção baseada na qualidade e custo (SBQC).

Referente ao Projeto de Desassoreamento do Rio Jaguaribe, 06 (seis) empresas demonstraram interesse. Após finalização da lista curta, o processo foi encaminhado para a PGM, que emitiu a análise da minuta da Solicitação de Propostas (SDP) e dos anexos processuais no final do período desse relatório. Após as adequações recomendadas, o processo foi enviado para avaliação da CGM e ao fim do semestre estava em ajustes, conforme solicitações feitas pelo órgão, para em seguida ser enviado para a SDP.

Já o Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do Rio Jaguaribe houve o encerramento do período para manifestação de interesse. Nesse certame ocorreram 14 (catorze) empresas que manifestaram interesse. A alteração na Coordenação Ambiental neste último semestre afetou diretamente o andamento do processo, onde a formação da lista curta iniciou em janeiro/2023 e foi finalizada apenas em junho/2023, ao término do semestre o processo estava em análise nos dois órgãos de controle, a PGM e CGM.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 72 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe - Programa 8 do MGAS

II.3.3.9.2 - Consultoria para Elaboração do Diagnóstico e Monitoramento Ambiental do rio Jaguaribe - Programa 8 do MGAS.	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 390.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Consolidação da Lista Curta e elaboração da justificativa técnica em atendimento aos ajustes da (CGM). Aguardando envio do parecer da PGM para compor processo, que será encaminhado novamente para CGM.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

Tabela 73 - Consultoria para elaboração do projeto de desassoreamento do Rio Jaguaribe

II.3.3.2 - Consultoria para elaboração do projeto de desassoreamento do Rio Jaguaribe - Programa 9 do MGAS	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 932.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
Consolidação da Lista Curta em março/2023 e ainda em março foi encaminhado para análise dos órgãos de controle. No final de junho foi recebido o processo para poder em seguida ser encaminhado para a Solicitação de Propostas.	
Dificuldades	
Não se aplica.	
Ação para a Dificuldade	
Não se aplica.	

6.3.3. PROGRAMA DE CONTROLE DE VETORES DE DOENÇAS

Tabela 74 - Programa de Controle de vetores de doenças

Produto - Programa de Controle de vetores de doenças	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 60.000,00
Fonte de Recurso/Órgão Execut.	BID

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Evitar e controlar pragas e vetores de doenças, principalmente através de medidas profiláticas, nas áreas de atuação do Programa e principalmente ligadas ao CBR.

A seguir podem ser observados os avanços no 1º semestre de 2023 desta intervenção.

Tabela 75 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças

II.3.3.5.1/ II.3.3.5.2 - Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças - Programa 12 do MGAS	
Valor Previsto no Plano de Aquisições	US\$ 60.000,00
Valor Contratado	US\$ -
Status	Previsto para 2º semestre de 2023
Avanço	
<p>Para os itens que deram certo no Pregão realizado em outubro/2022, o contrato foi assinado em março/2023.</p> <p>Os itens que deram fracasso houve relançamento do pregão em março/2023, porém, novamente houve fracasso.</p> <p>Após isso, o processo foi revisado, por decisão interna, acreditou-se que a melhor opção era reiniciar o processo, com nova revisão do TR, nova orçamentação e avaliação dos órgãos de controle. No término do semestre o processo estava sendo encaminhado para elaboração da minuta de edital e ser enviado para análise dos órgãos de controle.</p>	
Dificuldades	
<p>Licitação fracassada: Iniciou a busca de ata de registro de preço, não sendo encontrada para todos os itens remanescentes.</p>	
Ação para a Dificuldade	
<p>Adequação do TR com alteração das garantias (e realização de novo orçamento. Abertura de novo processo sendo analisado pelos órgãos internos de controle (PGM e CGM).</p>	

7. COMUNICAÇÃO

Nos últimos seis meses, a Assessoria de Imprensa da Unidade Executora do Programa João Pessoa Sustentável tem dedicado seus esforços à gestão e execução de projetos e estratégias voltadas para a promoção da imagem do Programa João Pessoa Sustentável. Adicionalmente, estamos empenhados em aprimorar a comunicação com as comunidades, realizar um gerenciamento eficaz de crises por meio de reuniões setoriais, otimizar as ferramentas de divulgação, incluindo o site do Programa, estabelecimento de uma presença em redes sociais exclusivas e o aperfeiçoamento da governança do sistema de queixas e reclamações em colaboração com o Consórcio do Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC).

Nesse sentido, compartilhamos algumas das ações relevantes que desenvolvemos durante esse período:

- Documentário³ sobre a expectativa dos moradores Complexo Beira Rio com os habitacionais: produzimos um documentário envolvendo os moradores do Complexo Beira Rio, explorando a expectativa deles após a emissão das ordens de serviço dos habitacionais. A ideia partiu da necessidade de mostrar o sentimento deles quanto aos benefícios do Programa João Pessoa Sustentável e, ao mesmo tempo, dar voz a pessoas silenciadas por pequeno grupo reacionário ao Programa. Grupo este que produz e propaga mentiras sobre o Programa e ações das equipes da UEP e da PMJP;
- Planos de Comunicação para Consultas Públicas: elaboramos Planos de Comunicação para as Consultas Públicas em Santa Clara e no Centro de Cooperação da Cidade (CCC). Além disso, desenvolvemos materiais informativos e de divulgação personalizados para públicos específicos e para toda a cidade. Assumimos o papel de suporte integral para a realização desses eventos, incluindo apresentação e confecção de relatórios conclusivos;
- Reuniões Setoriais e Combate às Fake News: estabelecemos reuniões setoriais em parceria com as comunidades, aprimorando o planejamento e a revisão de materiais informativos em diversas plataformas, inclusive por meio motos de som. Também implementamos uma abordagem semanal que reúne a comunicação do Consórcio e a equipe social, a fim de otimizar a comunicação com os moradores do Complexo Beira Rio e combater notícias falsas relacionadas ao Programa.

³https://www.youtube.com/watch?v=n6fNVmt5i8E&list=PL-8f_hAmj6fsqnQKkkwR8DDrtRqrqUAGP&index=20&t=55s

- Interação com Órgãos Públicos e Mídia Local: estabelecemos interações com o Ministério Público do Estado para esclarecer dúvidas e apresentar detalhes do Programa, demonstrando nosso compromisso com a transparência e o engajamento com os órgãos reguladores. Além disso, concedemos entrevistas em programas de TV e rádio locais para ampliar a conscientização e a compreensão do público em relação ao Programa;
- Melhorias na Infraestrutura e Equipamentos: avançamos com o processo de aquisição de equipamentos para a TV Cidade/SECOM, com o planejamento e finalização do ETP (Estudo Técnico Preliminar) para abertura de licitação. Esse investimento tem como objetivo fortalecer a capacidade de comunicação e difusão do Programa;
- Aprimoramento do Sistema de Atendimento, Queixas e Reclamações (SAQR): colaboramos com a coordenação de Aspectos Sociais e o consórcio para otimizar a estratégia de recebimento de demandas. Estamos desenvolvendo um fluxo no sistema "João Pessoa Conectada" para agilizar e ampliar o atendimento, proporcionando aos moradores do Complexo Beira Rio um acompanhamento em tempo real do progresso de suas solicitações através dos Elos;
- Reformulação da Presença Online: atualizamos o site atual do Programa e estamos trabalhando na criação de um novo site, completamente reformulado em termos de texto, imagens e layout, atendendo às diretrizes do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Além disso, estabelecemos um perfil oficial do Programa no Instagram, alinhado à identidade da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), a fim de ampliar nossa presença nas redes sociais;

Essas ações refletem nosso compromisso com a comunicação transparente, a inclusão da comunidade nas decisões e a melhoria constante do processo de mudança. Continuamos a trabalhar com dedicação para promover uma transição suave e bem informada dos artistas, artesãos e servidores do Celeiro Espaço Criativo para a Estação das Artes, garantindo que todos os envolvidos sejam ouvidos e atendidos em suas necessidades, e que o Celeiro seja desocupado de sem maiores problemas para a implantação do CCC, o Centro de Cooperação da Cidade.

Seguem os links da nossa página na internet e do nosso perfil no Instagram:

www.jpsustentavel.pb.gov.br

[João Pessoa Sustentável \(@jpsustentavel\) • Fotos e vídeos do Instagram](#)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO PROGRAMA

No primeiro semestre de 2023 ocorreram avanços nos processos de aquisição que estavam em andamento, tais como:

 05 Processos homologados até 30/06/23:

- Obras de construção das 565 Unidades habitacionais e dos equipamentos comunitários no CBR;
- Adequação de espaços físicos da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) que permita o fluxo de veículos, máquinas e equipamentos;
- Requalificação do Prédio do Centro de Cooperação da Cidade;
- Aquisição de insumos e equipamentos para controle de pragas e vetores de doenças - Programa 12 do MGAS;
- Aquisição de infraestrutura de fiscalização e controle para a Secretaria de Meio Ambiente;
- Aquisição de equipamentos para Defesa Civil.

 01 Reconhecimento parcial de Contrapartida até 30/06/23:

- 2º Parte do Conjunto Habitacional – Vista Alegre.

As contratações realizadas no semestre representam um valor aproximado de US\$ 25,3 Milhões de dólares e o reconhecimento de contrapartida no Conjunto Habitacional Vista Alegre neste semestre foi de aproximadamente US\$ US\$ 7.2 milhões de dólares.

Neste semestre ocorreram as contratações das primeiras Obras do Programa, como a Requalificação do Prédio do CCC, a reforma na SEINFRA e a principal do Programa, que são as Obras de Construção das Unidades Habitacionais no CBR, antes previsto 565 unidades, como está o nome da aquisição, mas o processo de licitação demorou mais pela aprovação da Lei no Município podendo ampliar mais um pavimento no condomínio, desta forma foi feito e hoje a obra contratada está previsto para fazer mais de 700 unidades.

Havia a previsão de também no semestre ter ocorrido a contratação para as obras de contenção no CBR, porém, em maio/2023 a licitação foi suspensa. Todavia, a suspensão deu-se pelo fato que o DNIT deve assumir parte das obras e realizar até em escala maior, dessa forma o Termo de Referência e Orçamento serão atualizados após a oficialização desta ação entre a PMJP e DNIT. Quando toda formalização tiver sido realizada, será feito novo processo de contratação para as obras restantes e o valor previsto para a obra anterior poderá ser remanejado para outras entregas do Programa.

Como observado nos capítulos anteriores, ocorreram alterações na equipe da UEP, mas estas alterações ocorreram de forma que os novos profissionais possam auxiliar no desenvolvimento do Programa da melhor forma com suas experiências e capacidades.

Como aplicado em períodos anteriores, estão sendo mantidas as ações para a gestão do programa, foram instituídas ações no nível Estratégico, Tático e Operacional. A UEP em conjunto com a Gerenciadora tem buscado analisar cada entrega do Programa, para que o objetivo final de cada produto possa ser alcançado da forma mais ágil e na maior qualidade, seguindo todos fluxos necessários. Ocorrem reuniões semanais com as coordenações sobre os avanços de cada entrega que está sob sua responsabilidade, de forma mensal ocorrem as reuniões de monitoramento com o BID para apresentação dos avanços que ocorreram nas semanas e apresentação de novas ideias e planejamento para a execução.

9. ANEXO I



Memorando (interno) 4.030/2023



Joseuma B. UEP-COORFORTGEST
(via WEB)

Para
SEAD-CC-PRESIDEN...
A/C Roberto O.

Em 09/01/2023 às 11:32

Serviços de Digitalização de Processos de Licitação - Programa João Pessoa Sustentável

Bom dia!

No âmbito do Programa João Pessoa Sustentável existe uma linha de aquisição referente a serviços de Digitalização de Processos de Licitação para a Secretaria de Administração Municipal.

Nesse sentido, gostaria do posicionamento dessa Secretaria referente a necessidade por tais serviços, visto que se faz necessário elaboração de documentos para dar andamento a tal aquisição.

Att,

Joseuma de Souza Barbosa

Despacho 1- 4.030/2023

19/01/2023 às 16:37

Respondido



PMJP » SEAD »

**SEAD-CC-
PRESIDENCIA**

Roberto Naves de
Oliveira - *Presidente*
Central de Compras



PMJP » SEGOV
» SEGOV-UEP »

**UEP-
COORFORTGEST**

A/C Joseuma de
Souza Barbosa -
Coordenação de
Fortalecimento da
Gestão

Joseuma,

Ratificando o que falamos, via telefone, considerando que as digitalizações são exclusivas para a Central de Compras, informo que, com a implementação do 1doc, os processos atuais já nascem digitais.

Com relação ao legado, estamos finalizando uma licitação para digitalizar tudo o que está em meio físico.

Também, estamos licitando um sistema de gestão para a Central de Compras. Portanto, a digitalização específica para a central de compras é desnecessária.

Atenciosamente,



Despacho 2-

4.030/2023

27/02/2023 às 11:03

Encaminhado



PMJP » SEGGOV
» SEGGOV-UEP »
UEP-
COORFORTGEST

Joseuma de Souza
Barbosa -
Coordenação de
Fortalecimento da
Gestão



SEGGOV »
SEGGOV-UEP
A/C Mariana Moura
Fontenele de Brito -
Assessora Técnica

Prezado Coordenador!
Em referência ao Ofício de Solicitação de Exatidão da Linha do Plano de aquisições (3.3) - Serviços de Digitalização dos processos de licitação - Valor US\$ 100.000,00 pela Gerenciadora Àquila, visto que o Presidente da Central de compras no Despacho 1 esclarece que a Gestão está adquirindo os referidos serviços com recurso próprio.

Att,

